



28 DE SETEMBRO DE 2017

Quinta-feira

- SONDAGEM INDUSTRIAL- MELHORA NA INDÚSTRIA TEM CONTINUIDADE EM AGOSTO
- OBSTÁCULOS DO 'CUSTO BRASIL' SÃO DEBATIDOS NA CAE
- CNI DEFENDE MUDANÇAS NO ESTATUTO DA MICRO E PEQUENA EMPRESA
- GOVERNO APRESENTA PROJETO DO PLANO NACIONAL DE LOGÍSTICA (PNL) PARA EMPRESÁRIOS NA CNI
- LEILÕES DE PETRÓLEO E DO SETOR ELÉTRICO SÃO POSITIVOS PARA A ECONOMIA, AVALIA CNI
- CÂMARA APROVA TEXTO-BASE DO REFIS
- GOVERNO VAI AMPLIAR DE NOVO PRAZO DE ADESÃO AO REFIS
- SENADO APROVA MP QUE CRIA REFIS DAS AUTARQUIAS
- ESTADO PROPÕE PARCELAMENTO DE DÍVIDAS NÃO TRIBUTÁRIAS
- ALTERAÇÕES MODERNIZAM O PROGRAMA DE MICROCRÉDITO PRODUTIVO ORIENTADO
- MERCOSUL PODE BUSCAR ACORDOS COMERCIAIS COM CANADÁ, AUSTRÁLIA E NOVA ZELÂNDIA
- EMPRESÁRIOS E ECONOMISTAS FAZEM MANIFESTO PELA RETOMADA DO DEBATE DA PREVIDÊNCIA
- OS METALÚRGICOS SE UNEM CONTRA A REFORMA TRABALHISTA
- GREVE DOS CORREIOS ENTRA NO 8º DIA COM ADESÃO DE TODOS OS ESTADOS E O DF
- CARTEIROS DECIDEM ENTRAR EM GREVE EM SP
- ADESÃO AO 1º DIA DE GREVE DOS CORREIOS EM SP É DE 70%, SEGUNDO SINDICATO
- CORREIOS INGRESSA COM AÇÃO DE DISSÍDIO COLETIVO CONTRA A GREVE
- STJ DECIDE A FAVOR DE POUPADORES QUE TIVERAM PERDA COM PLANOS ECONÔMICOS
- ARTIGO: POLÍTICA FISCAL É ESSENCIAL PARA COMBATER DESIGUALDADES

- BRASIL NÃO CRESCE SE NÃO REDUZIR SUA DESIGUALDADE, DIZ THOMAS PIKETTY
- FUNÇÃO DO GESTOR DE IMAGEM É CADA VEZ MAIS NECESSÁRIA NO PAÍS
- MERCADO É CADA VEZ MAIOR PARA OS GESTORES DE CRISE FINANCEIRA
- PARA ESPECIALISTA, NOVA LEI TRABALHISTA VAI EXIGIR PROFISSIONAL MAIS ORGANIZADO E FLEXÍVEL
- ÁREA EM EXPANSÃO, COMPLIANCE GARANTE O CUMPRIMENTO DAS LEIS NAS EMPRESAS
- BOLSA RECUA PELO 5º DIA E TEM PIOR SEQUÊNCIA DESDE AFASTAMENTO DE DILMA
- BRASIL VENDE CONCESSÃO DE USINAS POR R\$12,13 BI PARA CHINESES, ITALIANOS E FRANCESES
- DEBATEDORES PEDEM FORTALECIMENTO DA POLÍTICA MINERAL
- REPRESENTANTES DO GOVERNO DEFENDEM MP QUE CRIA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO
- NOVA POLÍTICA FAVORECE INVESTIMENTOS NO SETOR AUTOMOTIVO, DIZ IGOR CALVET
- PREÇO MÉDIO DO DIESEL NO PARANÁ É O SEGUNDO MAIS BAIXO DO PAÍS
- PIRELLI REDUZ PREÇO MÁXIMO DE IPO EM 19%
- SETOR DE MÁQUINAS ESPERA 5º ANO CONSECUTIVO DE QUEDA, PREVÊ RETOMADA EM 2018
- INDIAN MANTÉM PRODUÇÃO PARADA DESDE MAIO
- DELPHI DEFINE NOMES DAS NOVAS DIVISÕES DE POWERTRAIN
- BANCOS LIBERAM R\$ 8,1 BI PARA FINANCIAR VEÍCULOS EM AGOSTO
- HYUNDAI CRETA GANHA URUGUAI COMO NOVO DESTINO

CÂMBIO		
EM 28/09/2017		
	Compra	Venda
Dólar	3,185	3,186
Euro	3,750	3,751

Fonte: Bacen

Sondagem Industrial- Melhora na indústria tem continuidade em Agosto

28/09/2017 – Fonte: CNI

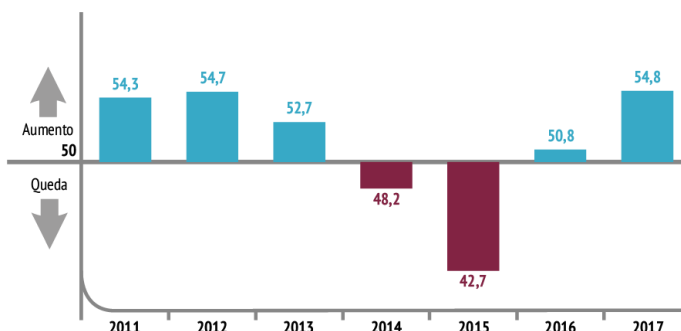
A Sondagem Industrial de agosto dá sequência aos bons resultados apresentados em julho e afasta algumas preocupações sugeridas pela última edição da pesquisa. Agosto/2017

Evolução da produção nos meses de agosto (2011-2017)

Índice de difusão (0 a 100)*

■ Produção
— Linha divisória

* Valores acima de 50 pontos indicam crescimento da produção frente ao mês anterior.



Obstáculos do 'Custo Brasil' são debatidos na CAE

28/09/2017 – Fonte: Senado Notícias

Audiência pública promovida nesta quarta (27) pelo grupo de trabalho de reformas microeconômicas da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) discutiu com representantes do governo e de entidades ligadas ao setor tributário e à indústria os principais obstáculos que compõem o chamado “Custo Brasil”.

Também foram apresentadas soluções para facilitar a atividade empreendedora e empresarial no país.

Coordenador do grupo, o senador Armando Monteiro (PTB-PE) chamou atenção para a agenda microeconômica do país que, segundo ele, é desafiadora.

— É uma agenda multifacetada, é uma agenda desafiadora porque é densa. E há sempre o desafio da governança dessa agenda e da coordenação intragovernamental, ressaltou.

João Manoel de Mello, representante do Ministério da Fazenda, destacou que o Brasil tem um problema sério de produtividade e pediu soluções rápidas.

— Se o Brasil tivesse a mesma estrutura produtiva da economia alemã, a produtividade cresceria incríveis 400%. Nós crescemos pouco com o problema de produtividade e um problema que perpassa os setores, afirmou o representante.

O representante do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, Renato da Silva, enfatizou iniciativas do órgão para a desburocratização e a melhoria do ambiente de negócios. Entre elas, a implantação do Portal Único de Comércio Exterior com o objetivo de melhorar a fluidez e simplificar os processos.

— Quais são os resultados esperados do Portal único? Nós colocamos aí uma redução de 40% nos tempos totais médios para se exportar e importar no país, explicou.

Também presente à audiência pública, o diretor da Confederação Nacional da Indústria, José Augusto Coelho, criticou a demora para a implantação de medidas que façam o país evoluir economicamente.

28/09/2017 – Fonte: CNI

Audiência pública na Câmara dos Deputados, em Brasília, debateu medidas na legislação para ampliar apoio de MPEs. Presidente do COMPEM, Amaro Sales, representou a CNI

“Não se faz crédito por decreto, se faz pela oferta de crédito” - Amaro Sales



Em audiência pública realizada pela comissão especial que analisa proposta que muda o Estatuto da Micro e Pequena Empresa (PLP 341/17), a Confederação Nacional da Indústria (CNI) defendeu alterações na lei para garantir a sobrevivência das empresas.

O presidente do Conselho da Micro e Pequena Empresa da CNI, Amaro Sales, destacou que mais de 98% das empresas brasileiras são pequenas e micro e que por isso o acesso ao crédito para elas deve ser facilitado.

“Não se faz crédito por decreto, se faz pela oferta de crédito. E essa oferta de crédito tem que ser a livre concorrência”, disse. Sales também preside a Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Norte (FIERN).

Já o representante da Confederação Nacional do Comércio (CNC), Valdir Pietroban, elogiou o Simples, afirmando que ele é o maior projeto de distribuição de renda vigente no país. Mas, segundo ele, 550 mil empresas correm o risco de sair do programa por conta de dívidas, que precisam ser renegociadas.

Segundo ele, se as empresas conseguissem pagar os impostos em dia a partir de hoje, restaria um passivo de R\$ 27 bilhões, um “crédito podre”, que não vai ser pago. “Se desses 27 bilhões você receber dois, o governo que dê graças a Deus”, afirmou Pietroban.

TECNOLOGIA - Fernando Ribeiro, representante do Ministério de Ciência e Tecnologia, defendeu que as pequenas e microempresas possam investir em tecnologia como forma de reverter esse conhecimento em benefícios para a sociedade.

“Os estudos da comunidade europeia e outros estudos apontam que, para cada dólar ou euro investido em pesquisa e inovação, ocorre um retorno da ordem de seis a oito vezes o investimento que foi feito. O que é muito superior, do ponto de vista de resultado para a sociedade, ao retorno que você consegue com investimentos em outras áreas”, disse.

O relator na comissão especial, deputado Otávio Leite (PSDB-RJ), garantiu que as sugestões apresentadas pelos convidados serão analisadas e poderão compor o relatório. “A ideia é modernizar a lei, trazê-la para o século 21, cortar os nós, desembaraçar o máximo, facilitar o máximo para as pessoas poderem empreender”, afirmou. Otávio Leite afirmou que deve apresentar o relatório preliminar na próxima semana.

Governo apresenta projeto do Plano Nacional de Logística (PNL) para empresários na CNI

28/09/2017 – Fonte: CNI

PNL estima R\$ 132 bilhões em investimentos para logística de transportes até 2025. Empresa de Planejamento e Logística abrirá consulta pública para contribuições dos setores ao plano



A Empresa de Planejamento e Logística (EPL) e a Secretaria do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI) do governo federal apresentaram nesta quarta-feira (27) para o Conselho Temático de Infraestrutura (Coinfra) da Confederação Nacional da Indústria (CNI) a primeira versão do Plano Nacional de Logística (PNL).

Na segunda semana de outubro, a EPL abrirá consulta pública para contribuições do setor produtivo e da sociedade ao plano. De acordo com o diretor-presidente da EPL, José Carlos Medaglia, há necessidade de investimentos de R\$ 132,6 bilhões na logística de transportes até 2025.

Os investimentos na área rodoviária seriam distribuídos da seguinte forma: R\$ 92,7 bilhões em rodovias não concedidas (13.257,8 km) e R\$ 37,3 bilhões em rodovias concedidas (4.911,2 km).

“O Plano Nacional de Logística tem por objetivo apresentar o diagnóstico e as proposições de investimentos para melhoria da eficiência da infraestrutura e logística de transportes do país. Temos hoje 2,3 trilhões de toneladas circulando no Brasil”, destacou Medaglia, durante a reunião do Coinfra.

O presidente do Coinfra, Olavo Machado Junior, alertou que o setor privado tem muito a contribuir para o desenvolvimento da infraestrutura brasileira. “Precisamos construir um país mesmo sabendo de todas as dificuldades. Não se faz desenvolvimento se nós não temos coragem de mudar”, disse.

O secretário de Articulação de Políticas Públicas do PPI, Henrique Amarante Costa Pinto, afirmou que o foco do programa é trazer cada vez mais investimentos privados para a infraestrutura brasileira. Segundo ele, o governo está convencido de que somente à iniciativa privada terá condições de levar eficiência à infraestrutura nacional.

Ele observou que, para isso, é fundamental que os próximos governos deem continuidade aos projetos do PPI. “No setor de logística, sentimos falta de um planejamento de longo prazo, com informações técnicas e estudos profundos para balizar políticas e mobilizar o mercado. Infraestrutura requer planejamentos de longo prazo”, frisou.

Segundo Amarante, o PPI qualificou um total de 146 projetos para serem concedidos ao setor privado, sendo que até a semana passada 49 haviam sido leiloados ou renovados, o que representa 34% da carteira do PPI em um período de 14 meses.

NOVOS LEILÕES - Nesta quarta, novos empreendimentos foram leiloados no âmbito

do PPI. Na lista, estão quatro usinas hidrelétricas operadas pela Companhia Energética de Minas Gerais (Cemig): Jaguará, São Simão, Miranda e Volta Grande. O leilão rendeu R\$ 12,13 bilhões em arrecadação para o governo. No setor de óleo e gás, o governo leiloou hoje blocos exploratórios e arrecadou um total de R\$ 3,8 bilhões.

Leilões de petróleo e do setor elétrico são positivos para a economia, avalia CNI

28/09/2017 – Fonte: CNI

Licitações realizadas pelo governo atraíram investimentos estrangeiros para o país. Sucesso da rodada de óleo e gás foi viabilizado por alterações regulatórias, que tornaram mercado brasileiro mais atraente



A Confederação Nacional da Indústria (CNI) avalia como positivo o saldo da 14ª Rodada de Licitações de Blocos Exploratórios de Petróleo e Gás, realizada nesta quarta-feira (27) pelo governo federal.

Os leilões de blocos exploratórios geraram arrecadação de R\$ 3,8 bilhões. Na avaliação da CNI, para o país se tornar competitivo é imprescindível aumentar a participação da iniciativa privada na gestão e nos investimentos em infraestrutura.

Foram arrematados no total 34 blocos por 17 empresas, sendo 10 nacionais e sete estrangeiras. O resultado indica o maior volume de bônus da história e também as duas maiores ofertas por blocos – ambas na Bacia de Campos (RJ).

O sucesso dos leilões realizados hoje se deu em razão das recentes alterações regulatórias, que tornaram o mercado brasileiro mais atraente para o capital estrangeiro.

“O caminho para a reversão do déficit da infraestrutura no Brasil passa pelo aumento da participação privada nos investimentos do setor”, afirma o presidente da CNI, Robson Braga de Andrade.

Os leilões desta quarta também incluíram o setor elétrico, com arrecadação total de R\$ 12,13 bilhões pelo governo por meio da concessão de quatro usinas da Companhia Energética de Minas Gerais (Cemig): São Simão (GO/MG), Jaguará (MG/SP), Miranda (MG) e Volta Grande (MG/SP).

Os pacotes de concessões no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI) têm potencial para colocar a infraestrutura do Brasil em outro patamar.

É preciso, porém, ampliar os investimentos no setor para níveis de países como o Chile e Peru, que investem 5,1% e 4,2% de seus respectivos PIBs em infraestrutura, ante apenas 2,3% do Brasil.

Câmara aprova texto-base do Refis

28/09/2017 – Fonte: Folha de S. Paulo

Após meses de negociação, a Câmara aprovou o texto-base da medida provisória do Refis, programa de refinanciamento de dívidas com o fisco.

O substitutivo elaborado pelo relator da MP no Congresso, deputado Newton Cardoso Jr. (PMDB-MG), passou no plenário da Casa em votação simbólica.

Os parlamentares ainda vão discutir alterações ao texto, os chamados destaques, mas essa análise pode não ser concluída nesta quarta porque o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), colocou em debate a reforma política.

Segundo Cardoso Jr., a intenção é voltar ao Refis após a discussão da reforma política. Mas é um cenário difícil, pois o tema é polêmico entre parlamentares e os debates tendem a consumir algumas horas.

O texto-base amplia o prazo de adesão ao Refis para 31 de outubro – a data limite atual é essa sexta-feira (29). Para o novo prazo valer, contudo, é preciso que a votação seja concluída na Câmara e no Senado, além da sanção do presidente.

TRAVAS

A discussão do Refis na Câmara, iniciada por volta de meio-dia, levou quase seis horas e foi obstruída principalmente por pressão da bancada evangélica, que tenta emplacar benefícios extras para as igrejas, como a remissão do passivo previdenciário de pagamentos a pastores.

A versão que foi aprovada é mais flexível do que defendia pelo Ministério da Fazenda. Mas o governo foi convencido a ceder aos pleitos de parlamentares da base aliada em um momento em que o Palácio do Planalto tenta angariar apoio para barrar a segunda denúncia contra o presidente Michel Temer.

Apesar de terem acordado com o governo o texto-base do Refis, deputados governistas agora se mobilizam para operar mudanças de última hora, que ampliam os benefícios e atendem seus redutos eleitorais.

Um dos pedidos é estender a data de vencimento das dívidas que podem ser negociadas. O texto-base fixa como limite 30 de abril, mas a ideia é tentar incluir débitos incluídos ao longo deste ano.

Outra demanda é ampliar a faixa de dívidas com condições mais vantajosas, de R\$ 15 milhões para R\$ 30 milhões.

O PP apresentou ainda sugestão de ampliar os descontos sobre os encargos que vão para os auditores da Receita Federal e da PGFN (Procuradoria Geral da Fazenda Nacional).

Com a base abalada por eventos negativos, como o leilão das usinas hidrelétricas da Cemig - o que desagradou aliados mineiros -, líderes governistas avaliavam como improvável o veto integral do presidente às mudanças que passarem no plenário da Câmara.

TEXTO

No texto-base aprovado, as dívidas de até R\$ 15 milhões poderão ser pagas também com créditos de prejuízo fiscal - restituições tributárias que muitas vezes se acumulam no balanço das empresas.

Esse ponto foi especialmente negociado com a equipe econômica, que não queria aceitar o pagamento de débitos inscritos na dívida ativa com prejuízo tributário, mas cedeu ao longo das várias etapas de negociação.

As empresas que optarem pelo pagamento à vista, terão desconto de 70% nas multas e de 90% dos juros incidentes sobre a dívida.

No caso do parcelamento, dívidas de até R\$ 15 milhões exigirão entrada de 5%. No pagamento em 145 meses, os descontos serão de 50% e 80% (multas e juros). E, em 175 meses, de 25% e 50%, respectivamente.

As empresas que pagarem 24% da dívida em 24 meses poderão usar créditos de prejuízo fiscal para abater o restante do passivo.

Governo vai ampliar de novo prazo de adesão ao Refis

28/09/2017 – Fonte: Folha de S. Paulo



O governo vai editar uma nova medida provisória estendendo o prazo de adesão ao Refis, que seria encerrado nesta sexta-feira (29). A nova data limite será 31 de outubro.

Segundo o líder do governo na Câmara, Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), a decisão foi tomada na noite desta quarta (27) em reunião no Palácio do Planalto.

A extensão é considerada necessária para adequar o programa de refinanciamento de dívidas com o fisco às datas de inscrição que devem ser aprovadas no Congresso.

Depois de meses de negociações entre governo e parlamentares, a MP do Refis teve o texto-base aprovado em votação simbólica nesta quarta.

Na próxima semana, serão levadas ao plenário propostas de alterações do texto — os chamados destaques. Só depois disso, a medida provisória segue para análise do Senado.

Para que não perca validade, o texto tem que ter a votação concluída até o próximo dia 11.

Governo e parlamentares só chegaram a um acordo para a votação em plenário depois que o Palácio do Planalto aceitou conceder regras mais generosas aos devedores — como maiores descontos, menor pagamento de entrada e até permissão para que multas aplicadas a devedores sejam inscritas no programa.

A equipe econômica apresentou resistência a essas mudanças, propostas pelo Congresso, mas a área política do governo acabou cedendo para evitar desgastes em sua base aliada às vésperas da votação da segunda denúncia contra o presidente Michel Temer.

O texto retira a trava à inscrição no Refis de multas decorrentes de fiscalização da Receita, as chamadas multas agravadas, que estavam vedadas na versão original da equipe econômica.

O intuito era impedir que esses débitos fossem beneficiados por condições favoráveis de parcelamento, mas a exigência foi suprimida na negociação com parlamentares.

A liberação tem também implicação jurídica. Quando uma empresa é multada por irregularidade (em percentuais que variam de 150% a 225%, a depender da gravidade do caso), passa a responder criminalmente pelo ato.

Quando começa a pagar a dívida, a empresa tem o processo congelado e, se o passivo é quitado, o caso é extinto.

As empresas com dívidas de até R\$ 15 milhões também terão condições mais favoráveis no refinanciamento. Elas poderão usar para o pagamento créditos de prejuízo fiscal–restituições tributárias que muitas vezes se acumulam no balanço das empresas.

Além disso, para dívidas até este teto, a entrada exigida para aderir ao parcelamento caiu de 7,5% (na proposta original do governo) para 5%.

Os descontos nas multas, que na versão da equipe econômica eram de no máximo 50%, agora podem chegar a 70%, se o pagamento for feito à vista.

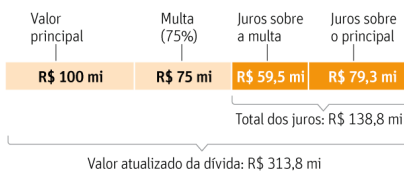
Diante de tantas mudanças, o governo chegou a cogitar deixar caducar a medida provisória. Um dos argumentos da equipe econômica era de que a arrecadação até agosto se mostrava favorável e mais empresas haviam aderido segundo as regras anteriores.

PARA ENTENDER O REFIS

Programa oferece descontos para parcelamento de dívidas com o fisco

Por que as dívidas com tributos crescem tanto

O exemplo considera R\$ 100 milhões de impostos em atraso há sete anos e juros equivalentes à taxa Selic



A proposta do governo

Para ajudar os contribuintes a resolver o problema, que se aprofundou na recessão, o governo propôs um novo Refis

Tipo do Refis	Sinal	Parcelas	CONDIÇÕES
1	20% da dívida	5 a partir de agosto	Pagamento do restante com uso de créditos fiscais acumulados pelo contribuinte, o que favorece grandes empresas
2	Não há	120	Prestitação mínima da dívida aumenta gradativamente

DESCONTOS			
Regras em vigor, em %			
		Sobre multas	Sobre juros
3	20% da dívida*	Única	50 / 90
4	20% da dívida*	145	40 / 80
5	20% da dívida*	175	25 / 50

Pela nova proposta, em %			
		Sobre multas	Sobre juros
3	20% da dívida*	Única	70 / 90
4	20% da dívida*	145	50 / 80
5	20% da dívida*	175	25 / 50

*Para dívidas até R\$ 15 milhões, o sinal é de 5%

Senado aprova MP que cria Refis das autarquias

28/09/2017 – Fonte: Tribuna PR

O Senado Federal aprovou nesta quarta-feira, 27, a Medida Provisória (MP) que institui o Programa de Regularização de Débitos não Tributários (PRD). A MP já foi apreciada na Câmara e perdia validade no dia 2 de outubro deste ano, caso não fosse analisada pelos parlamentares.

O PRD é uma espécie de Refis que permite pessoas físicas e empresas parcelarem por até 20 anos dívidas não tributárias com autarquias, fundações públicas federais e com a Fazenda Pública.

Pelo texto aprovado, poderão ser quitados débitos vencidos na data de publicação da futura lei. Os débitos de natureza não tributária abrangem multas de diversas origens, como de natureza administrativa, trabalhista, eleitoral e penal, e dívidas com órgãos como o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) e o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), entre outros.

O texto aprovado é o projeto de lei de conversão do senador Wilder Morais (PP-GO), que reduziu de 50% para 40% do débito consolidado o valor da entrada para quem optar pela renegociação em duas parcelas. A segunda prestação terá redução de 90% dos juros, da multa de mora e das multas aplicadas pela ausência de recolhimento de receitas públicas.

O projeto também determina que o pagamento da primeira parcela, em qualquer modalidade, quitará proporcionalmente todos os componentes da dívida consolidada (principal, multas e juros). O valor mínimo das prestações será de R\$ 200 para pessoa física e R\$ 1 mil para pessoa jurídica.

A expectativa do governo federal, com o texto original da medida, era arrecadar R\$ 3,4 bilhões com o programa neste ano. A MP beneficia empresas como operadora de telefonia Oi, que está em processo de recuperação judicial e terá a chance de refinarar dívidas com autarquias federais. As dívidas totais da empresa somam mais de R\$ 60 bilhões.

Retirados

Em atendimento a pedido da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), a agência foi retirada do programa. A Aneel alega que o formato do mercado de energia elétrica, aliado a um sistema de fiscalização eficiente, desestimula a judicialização ou a formação de um "estoque de débitos". Em 2016, das 267 multas aplicadas, 221 foram pagas.

O PRD também não renegociará as dívidas com o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) e com autarquias e fundações vinculadas ao Ministério da Educação, como diversas universidades federais e o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep).

Estado propõe parcelamento de dívidas não tributárias

28/09/2017 – Fonte: Ministério do Trabalho (postado em 26-09-2017)

O Governo do Paraná está propondo, pela primeira vez, o parcelamento permanente de débitos não tributários inscritos em dívida ativa. Quem possuir débitos dessa natureza poderá solicitar parcelamento em até 24 vezes. A medida só não será válida para as pendências que tenham origem no Tribunal de Contas do Estado do Paraná, que ficam sujeitas aos parcelamentos já previstos em lei.

“Hoje, quem deve tributos já pode parcelar os débitos em até 60 meses. Os que têm pendências não tributárias não tinham essa opção por falta de previsão legal. Com esta medida, queremos oferecer a possibilidade para que todos os inscritos na dívida ativa possam resolver seus débitos com o Estado”, afirmou o governador Beto Richa.

A proposta de parcelamento faz parte do esforço de recuperação de valores devidos ao Estado e está incluída em projeto de lei encaminhado pelo Governo à Assembleia Legislativa do Paraná. Atualmente, de acordo com dados da Receita Estadual, cerca de R\$ 236 milhões em pendências não tributárias (como multas devidas ao Procon e outros órgãos) inscritas em dívida ativa poderão ser parcelados.

“Se o projeto for aprovado, os devedores poderão fazer o pagamento de suas dívidas sem comprometer significativamente o seu fluxo de caixa”, comenta o secretário da Fazenda, Mauro Ricardo Costa.

O texto inclui outros benefícios tributários e prevê, por exemplo, a dispensa de pagamento do IPVA gerado até 31 de dezembro de 2012. O baixo índice de inadimplência (próximo de 3% do valor lançado), o alto custo para a cobrança dos débitos pendentes (um grande número de dívidas de pequeno valor) e o fato de estarem prescritos justificam a dispensa, explica a Receita Estadual.

No projeto há também a proposta de autorização permanente para o Poder Executivo anular os valores não quitados após cinco anos do fato gerador. Ao todo serão dispensados de pagamento R\$ 223 milhões em IPVA, dos anos de 2010 a 2012 – os valores referentes a anos anteriores já foram perdoados.

O projeto enviado aos deputados também propõe a manutenção da isenção do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) às microempresas paranaenses que possuem faturamento anual de até R\$ 360 mil e a instituição de alíquotas progressivas de imposto para as empresas enquadradas no Simples Nacional, conforme alteração na legislação federal, aprovada no ano passado.

Segundo Costa, as medidas contidas no projeto de lei não alteram alíquotas de impostos vigentes no Estado e não têm como principal foco a geração de arrecadação adicional ao Tesouro. Ele acrescenta que grande parte do texto refere-se a ajustes na legislação paranaense para adequá-la à federal.

Alterações modernizam o Programa de Microcrédito Produtivo Orientado

28/09/2017 – Fonte: Ministério do Trabalho

Medida Provisória publicada no Diário Oficial da União amplia o limite de crédito e deixa o PNMPO mais adequado às necessidades dos empreendedores populares

Uma Medida Provisória (MP) publicada nesta quarta-feira (27) no Diário Oficial da União altera o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO). O objetivo é modernizar e simplificar os processos para liberação dos recursos.

“O Programa de Microcrédito Orientado é reconhecido como um importante instrumento para a geração de renda e melhoria da qualidade de vida da população, funcionando como um mecanismo de estímulo ao autoemprego e à formalização dos pequenos empreendedores.

Programa de microcrédito
está mais adequado
às necessidades dos
empreendedores populares



Essas alterações fortalecem o propósito de incentivo ao crescimento econômico, na relação com as políticas sociais”, afirmou o ministro do Trabalho, Ronaldo Nogueira.

A MP 802/2017 revoga dos artigos 1º ao 6º da lei que criou o PNMPO em 2005, adequando o programa às necessidades dos empreendedores populares. Com as alterações, será possível o uso de novas tecnologias no processo de orientação dos beneficiários de microcrédito, reduzindo os custos operacionais na concessão de financiamentos. Além disso, a MP amplia o diálogo setorial e permite a utilização de outras fontes de financiamento no programa.

Alterações - Segundo o diretor de Emprego e Renda do Ministério do Trabalho, Hélio Francisco de Miranda, com as alterações, o ministério terá a prerrogativa de habilitar somente as Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) para o programa. Ele lembra que hoje a habilitação a respeito das instituições financeiras que operam o programa já está sob regulação do Banco Central, obedecendo à Lei n.º 4.595, de 1964, que trata do Sistema Financeiro Nacional.

Outra mudança possibilita a utilização de instrumentos do tipo pré-pago entre os serviços que podem ser prestados pelas entidades autorizadas a operar no PNMPO. “Essa é uma estratégia visando à ‘bancarização’ da população de baixa renda que ainda não possui acesso a serviços financeiros”, explica o diretor.

A MP também amplia as competências do Ministério do Trabalho para melhorar a avaliação do PNMPO e o monitoramento das entidades operadoras; cria o Fórum Nacional de Microcrédito, voltado para o diálogo entre as entidades operadoras do programa, com o objetivo de aperfeiçoar continuamente a política de microcrédito; e atualiza para até R\$ 200 mil os limites de renda ou receita bruta anual para enquadramento das pessoas físicas e jurídicas empreendedoras de atividade produtiva.

Hélio Miranda acrescenta que, agora, além da presencial, serão possíveis outras formas de orientação, depois da primeira visita. Essa opção reduzirá o custo das operações de crédito e permitirá que a orientação presencial fique concentrada na população de mais baixa renda, inclusive no público do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal.

Funcionamento - O PNMPO foi instituído pela Lei n.º 11.110, de 25 de abril de 2005, no âmbito do Ministério do Trabalho, como uma política de promoção da atividade de microcrédito no país, para fortalecer o empreendedorismo popular, promover a inclusão social e o desenvolvimento em âmbito local.

O programa é executado por meio de uma rede de instituições especializadas na concessão de crédito, com a orientação técnica para o desenvolvimento sustentável dos empreendimentos financiados. Desde o início da série histórica de informações, em 2008, foram aplicados mais de R\$ 50 bilhões em recursos – só no ano de 2016, o volume superou os R\$ 11 bilhões.

A maior parte dos recursos é liberada por meio de empréstimos de pequenas quantias a pessoas que trabalham por conta própria. No entanto, por ter sido criado há mais de dez anos, o programa precisava ser melhorado para se adequar à realidade econômica atual do Brasil.

Por esse motivo, desde o início de 2017, o Ministério do Trabalho realizou reuniões com representantes das entidades operadoras de microcrédito no país, do governo, de bancos oficiais e de entidades operadoras de microcrédito, para tratar da modernização da lei do PNMPO. As discussões, que resultaram na publicação da MP 802/2017, buscavam formas de ampliar os limites de financiamento, aumentar o público beneficiado e diminuir a burocracia, tornando o crédito mais acessível.

Mercosul pode buscar acordos comerciais com Canadá, Austrália e Nova Zelândia

28/09/2017 – Fonte: Reuters

O Mercosul pode buscar acordos comerciais com Canadá, Austrália e Nova Zelândia neste ano, disse uma autoridade argentina nesta quarta-feira, conforme Brasil e Argentina procuram abrir suas economias.

O Mercosul, que também inclui Uruguai e Paraguai, está trabalhando com a União Europeia para finalizar o quadro político para um acordo comercial neste ano, num momento em que os Estados Unidos sob Donald Trump estão se afastando do comércio.

“Existe a possibilidade de o Mercosul iniciar negociações com Canadá, Austrália e Nova Zelândia este ano”, disse o secretário argentino de Comércio, Miguel Braun, no fórum Thomson Reuters Economic and Business em Buenos Aires.

“Integrar-nos com esses países nos leva na direção que queremos ir”, afirmou ele, apontando para economias desenvolvidas com altos salários.

A Argentina busca sozinha um acordo comercial com o México, e o Ministério das Relações Exteriores disse nesta quarta-feira que finalizou um acordo comercial com o vizinho Chile.

Empresários e economistas fazem manifesto pela retomada do debate da Previdência

28/09/2017 – Fonte: Tribuna PR

Um grupo de empresários, economistas, pesquisadores e profissionais liberais organizou um manifesto favorável à retomada das discussões da reforma da Previdência. Os integrantes do “Renova Previdência” estão desde a terça-feira, 26, em Brasília fazendo um corpo a corpo com líderes partidários para tentar convencê-los a votar a proposta.

Apesar do esforço, a percepção até o momento é de que a denúncia contra o presidente Michel Temer e a aproximação do período eleitoral são grandes entraves. O grupo, que se diz “suprapartidário”, pretende entregar uma carta ainda nesta quarta-feira, 27, ao presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), pedindo a retomada das discussões sobre a reforma.

A intenção do Renova Previdência é contrapor os grupos de pressão contrários à mudança nas regras de aposentadoria e pensão no País, principalmente funcionários públicos.

Os integrantes do grupo estão reunidos na Câmara dos Deputados e questionam os parlamentares sobre os motivos de eles não quererem votar a favor. A impressão dos representantes do Renova Previdência é que muitos resistem em bater de frente com as categorias em meio ao complicado cenário político.

O grupo aposta, no entanto, que, se o governo tiver habilidade política para “arrefecer os ânimos”, há possibilidade real de se retomar a discussão sobre a reforma, paralisada desde maio deste ano.

“Sem a reforma da Previdência, o gasto com seguridade social irá consumir toda arrecadação do orçamento federal, comprometendo a capacidade de investir em Educação, Transporte, Saúde e Segurança. O governo será menos eficiente e a população mais pobre será a mais prejudicada”, diz o manifesto.

Os metalúrgicos se unem contra a reforma trabalhista

28/09/2017 – Fonte: Carta Capital

Pela primeira vez, diz Miguel Torres, da Força Sindical, os sindicatos superam as divergências e traçam uma estratégia comum contra as mudanças na CLT
Adonis Guerra



As centrais vão unificar as campanhas salariais e o calendário de protestos

Na sexta-feira 29, os sindicatos metalúrgicos darão um passo adiante animador após tantos recuos recentes. Pela primeira vez, os grupos deixarão de lado as históricas divergências ideológicas e as preferências partidárias para anunciar uma aliança inédita: o apoio mútuo às negociações salariais e da convenção coletiva e a adoção de um calendário de manifestações contra a reforma trabalhista.

“A conjuntura exige uma nova postura”, avalia Miguel Torres, presidente da CNTM, uma das confederações nacionais de sindicatos da categoria, e vice da Força Sindical. A plenária nacional, no CMTCC Clube, em São Paulo (mais informações [aqui](#)), reunirá representantes das sete principais centrais do País. Superar as diferenças e unir forças, acredita Torres, é a única maneira de impedir a ampla adoção pelas empresas da reforma trabalhista, que passa a valer em novembro.

CartaCapital: *O que levou os metalúrgicos a finalmente unificar sua pauta de reivindicações?*

Miguel Torres: É uma consequência da conjuntura. Os metalúrgicos sempre tiveram divergências ideológicas, que se expressam na divisão da base por várias correntes sindicais. Todas as centrais estão representadas entre os 2 milhões de trabalhadores do setor.

Mas o momento exige dos dirigentes sindicais uma nova postura. Durante a tramitação da reforma trabalhista no Congresso, conseguimos superar essas divergências e organizar uma agenda única de mobilização. Essa união foi importante para que pudéssemos apoiar de maneira efetiva as duas greves gerais.

Apesar de o movimento sindical não ter conseguido barrar a reforma, foi capaz de mostrar unidade. A experiência nos estimulou a prosseguir no diálogo, até para enfrentar a nova etapa e tentar barrar a adoção das mudanças pelas empresas.

CC: *O que os metalúrgicos esperam conseguir de agora em diante?*

MT: Neste segundo semestre acontecem inúmeras campanhas salariais. Elas não discutem apenas reajustes. É o momento de debater também as convenções coletivas, de renegociar as cláusulas sociais dos contratos. Será a oportunidade de incluir nas campanhas salariais benefícios retirados dos trabalhadores na reforma aprovada pelo Congresso.

CC: *A maioria dos sindicalistas sempre defendeu o negociado sobre o legislado, um dos pontos aprovados na reforma trabalhista. Por que mudaram de opinião?*

MT: O movimento sindical não se recusa a negociar. Faz parte da nossa vida. O problema é que a reforma trabalhista gerou um desequilíbrio a favor das empresas.

Não existe uma garantia básica para os trabalhadores. Toda negociação, do nosso ponto-de-vista, precisa ser conduzida para ampliar os direitos, não diminuí-los. Em lugares nos quais a base é menos organizada, os empregados se tornarão reféns do poder econômico. No momento, o negociado sobre o legislado tende a prejudicar a maior parte dos trabalhadores.

CC: *A reforma entra em vigor em novembro. Como será possível enfrentar a sua implementação?*

MT: Tentaremos, como disse antes, garantir a manutenção de direitos nas convenções coletivas. Em consequência, planejamos um calendário de mobilização da categoria. No caso de quem já assinou a convenção coletiva, a estratégia será atuar empresa por empresa. A ideia de criar essa unidade entre as centrais sindicais é também nos reaproximar da base, torna-la mais solidária com os sindicatos. Há outras questões em jogo além das negociações salariais.

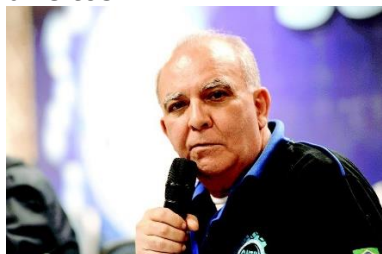
Queria lembrar o episódio recente no Rio Grande do Norte que envolveu a Riachuelo, do empresário Flávio Rocha. Com o apoio da militância do chamado Movimento Brasil Livre, a Riachuelo passou a perseguir uma procuradora do Ministério Público do Trabalho, que, no seu papel de fiscal, descobriu que a companhia tinha contratos com fornecedores que mantinha a mão-de-obra em condições aviltantes. O relator da reforma trabalhista foi o deputado Rogério Marinho, que saiu com unhas e dentes em defesa do Rocha. A reforma, mostram essas conexões, foi pensada única e exclusivamente para atender aos interesses do empresariado.

CC: *Por que tem sido mais difícil mobilizar a população contra a reforma trabalhista do que em relação à proposta de mudança na Previdência?*

MT: A estratégia do governo e dos empresários foi muito eficiente. Eles propuseram duas reformas ao mesmo tempo. Para mudar a Previdência é preciso um número maior de votos favoráveis de parlamentares. Enquanto a sociedade debatia a situação das aposentadorias, apressou-se no Congresso a destruição da CLT, que necessitava de um quórum menor para ser aprovada. Além disso, o trabalhador ainda não sentiu os efeitos da reforma.

CC: *O que representa essa união dos metalúrgicos para o futuro do movimento sindical?*

MT: O efeito até agora é bem positivo. Outras categorias se inspiraram na iniciativa e começam a discutir uma atuação conjunta. No caso dos metalúrgicos, a união não significa um atropelo das centrais sindicais. Ao contrário. Quem tem a ganhar é o trabalhador. Eles terão mais informação e mais segurança na hora de lutar por seus direitos.



Torres: 'A conjuntura exige outra postura dos sindicatos' (Foto: Divulgação)

CC: *Os movimentos sindicais acreditam na possibilidade de derrubar a reforma trabalhista no Congresso?*

MT: Vamos resistir à aplicação da reforma trabalhista em novembro, enquanto nos organizamos para tentar reverter legalmente as mudanças aprovadas pelo Congresso.

Há vários abaixo-assinados em circulação em busca de apoiadores suficientes para a apresentação de uma proposta de emenda popular que revogue a reforma. O objetivo é reunir mais de 8 milhões de assinaturas. Qual candidato à presidência da República no próximo ano poderá ignorar um número como este?

Muitos empresários expuseram para mim o receio de adotar as mudanças diante da possibilidade de a reforma ser derrubada em um próximo governo, uma próxima legislatura no Parlamento. A promessa da reforma era acabar com a insegurança jurídica. Aconteceu o contrário. A insegurança aumentou.

CC: *Existe alguma margem de negociação com o governo Temer?*

MT: É bem difícil negociar com um governo sem respaldo popular. Mas o Temer é o chefe do Estado e não há como deixar de ouvir se aparecer um convite, uma convocatória. Concordar é outra questão.

Quando a reforma trabalhista chegou ao Senado, houve uma rebelião dos parlamentares. O governo, para evitar alterações no projeto aprovado na Câmara, prometeu editar uma Medida Provisória para incorporar as sugestões dos senadores. A promessa não foi cumprida. O governo também havia prometido ao movimento sindical uma MP para corrigir alguns pontos e regulamentar as contribuições assistencial e negocial. E até agora nada.

CC: *Quais os piores pontos da reforma trabalhista?*

MT: A reforma trabalhista chegou ao Congresso com 12 pontos a serem alterados na CLT. No fim, os parlamentares refizeram mais de cem cláusulas. Cito alguns absurdos. A homologação poderá ser feita na empresa, sem a assistência do sindicato ou a presença de um representante da Justiça do Trabalho. As gestantes estarão "autorizadas" a trabalhar em locais insalubres desde que tenham um atestado de um médico de sua confiança. Imagine isso no Brasil.

Quem tem médico de confiança? A empresa poderá contratar um funcionário por um número determinado de horas por semana, sem que este tenha garantia de mais dias ou horas trabalhadas. É o chamado contrato intermitente. Há a terceirização ampla, geral e irrestrita.

E permitiu-se ao autônomo atuar em qualquer ramo da empresa, sem necessitar de registro na Previdência e na prefeitura, para pagamento de ISS. A organização no local de trabalho dispensará a participação dos sindicatos.

O patrão terá a prerrogativa de escolher os representantes. O banco de horas deixará de ser parte de um acordo coletivo e passará a ser individual. É até difícil listar as medidas mais nefastas.

Greve dos Correios entra no 8º dia com adesão de todos os estados e o DF

28/09/2017 – Fonte: G1

Paralisação é parcial, com redução de funcionários nas agências, e afeta principalmente a área de distribuição.

A greve dos Correios entrou em seu oitavo dia nesta quarta-feira (27) com a adesão de todos os 26 estados e o Distrito Federal. Quatro sindicatos filiados à Federação

Interestadual dos Trabalhadores e Trabalhadoras dos Correios (Findect) decidiram aderir à paralisação, após convenções realizadas na terça-feira (26): São Paulo, Rio de Janeiro, Maranhão e Tocantins. Apenas o sindicato de Bauru (SP) não entrou em greve.

Além disso, todos os 31 sindicatos filiados à Federação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Correios e Telégrafos e Similares (Fentect) estão em greve: Acre, Alagoas, Amapá, Amazonas, Bahia, Distrito Federal, São Paulo (Campinas, Ribeirão Preto, São José do Rio Preto, Vale do Paraíba e Santos), Ceará, Espírito Santo, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais (MG, Juiz de Fora e Uberaba), Pará, Paraíba, Paraná, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul (RS e Santa Maria), Rondônia, Roraima, Sergipe e Santa Catarina.

De acordo com as entidades, a paralisação é parcial, com redução de funcionários nas agências, e afeta principalmente a área de distribuição.

As agências franqueadas não estão participando da greve - são cerca de 1 mil no país. Já as agências próprias totalizam mais de 6.500 pelo país.

O vice-presidente do Tribunal Superior do Trabalho (TST), Emmanoel Pereira, determinou, por meio de liminar na segunda-feira (25), que a Fentect assegure o mínimo de 80% de trabalhadores em cada setor/unidade da ECT, sob pena de multa diária de R\$ 100 mil em caso de descumprimento. O argumento é que os Correios são uma estatal da União que exerce prestação de serviço público indispensável, o que exige a observância da necessidade de manutenção de contingente mínimo.

Levantamento dos Correios mostra que 90.607 empregados em todo o país estavam trabalhando nesta quarta-feira, o que corresponde a 83,45% do total. Na terça-feira, eram 90,59% do efetivo total trabalhando, o que correspondia a 98.350 empregados. Esses números indicam que tem aumentado a adesão de funcionários à greve.

Na segunda-feira, 90,7% do efetivo total no país estava trabalhando, o que correspondia a 98.545 empregados. Na sexta-feira, eram 91,3% do efetivo (99.130 empregados). Na quinta, eram 91,65% (99.504 empregados). E, na quarta, primeiro dia da greve, eram 93,17% (101.161 empregados).

Apesar desses números estarem acima do que foi estipulado pela Justiça, os Correios informam que em algumas unidades a determinação do TST não está sendo cumprida. Os números são apurados por meio de um sistema eletrônico controlado pelos gestores da empresa, que monitora as ausências dos funcionários.

Os Correios informaram que ingressarão com ação de dissídio coletivo no TST, após adesão de sindicatos à paralisação na noite de terça.

Motivos

Entre os motivos da greve, segundo a Fentect, estão o fechamento de agências por todo o país, pressão para adesão ao plano de demissão voluntária, ameaça de demissão motivada com alegação da crise, ameaça de privatização, corte de investimentos em todo o país, falta de concurso público, redução no número de funcionários, além de mudanças no plano de saúde e suspensão das férias para todos os trabalhadores, exceto para aqueles que já estão com férias vencidas.

A Fentect reitera que a greve foi o último recurso e que está aberta a negociação, pois entende a importância que os Correios têm para o país e que sua luta é contra o sucateamento de serviços e por melhores condições de trabalho. A entidade afirma que "está tentando junto aos Correios, Tribunal Superior do Trabalho (TST) e governo alternativas para o conflito".

Já a Findect não aceitou o reajuste de 3% proposto pelos Correios somente a partir de janeiro. A federação e seus sindicatos insistem no reajuste retroativo à data-base da categoria, que é 1º de agosto.

ECT garante serviços

Os Correios garantem que todos os serviços, inclusive o Sedex e o PAC, continuam sendo postados e entregues em todos os municípios e que a rede de atendimento está aberta em todo o país. Entre as ações para garantir os serviços estão o deslocamento de empregados entre as unidades e realização de horas extras.

Já os serviços com hora marcada (Sedex 10, Sedex 12, Sedex Hoje, Disque Coleta e Logística Reversa Domiciliária) estão com postagens suspensas.

No último fim de semana (23 e 24), os Correios entregaram mais de 1,7 milhão de cartas e encomendas durante mutirão realizado nas localidades onde há paralisação. Mais de 6,2 mil empregados participaram da ação, que teve o objetivo de manter o serviço em dia.

Crise nos Correios

Os Correios enfrentam uma severa crise econômica e medidas para reduzir gastos e melhorar a lucratividade da estatal estão em pauta.

Na semana passada, o ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, admitiu que existe a possibilidade de privatizar os Correios, mas afirmou que ainda "não há uma decisão tomada", já que "isso é uma coisa que tem que ser tratada com muito cuidado".

Nos últimos dois anos, os Correios apresentaram prejuízos que somam, aproximadamente, R\$ 4 bilhões.

Em 2016, os Correios anunciaram um Programa de Demissão Incentivada (PDI) e pretendia atingir a meta de 8 mil servidores, mas apenas 5,5 mil aderiram ao programa. Além disso, a estatal não realiza concurso público desde 2011.

Os Correios anunciaram em março o fechamento de 250 agências, apenas em municípios com mais de 50 mil habitantes, além de uma série de medidas de redução de custos e de reestruturação da folha de pagamentos.

Em abril, o presidente dos Correios, Guilherme Campos, afirmou que a demissão de servidores concursados vinha sendo estudada. Segundo ele, os Correios não têm condições de continuar arcando com sua atual folha de pagamento e contratou um estudo para calcular quantos servidores teriam que ser demitidos para que o gasto com a folha fosse ajustado.

Em março, o ministro das Comunicações, Gilberto Kassab, afirmou que, se a empresa não promovesse o "equilíbrio rapidamente", "caminharia para um processo de privatização".

A estatal alega ainda que o custeio do plano de saúde dos funcionários é responsável pela maior parte do déficit da empresa registrado nos últimos anos. Hoje a estatal arca com 93% dos custos dos planos de saúde e os funcionários, com 7%. Os Correios tentam negociar com os sindicatos um corte de até dois terços das despesas de custeio.

Carteiros decidem entrar em greve em SP

28/09/2017 – Fonte: Folha de S. Paulo



Carteiro em SP; trabalhadores decidiram entrar em greve em algumas cidades do Estado

Os trabalhadores dos Correios da capital, da Grande SP e de Sorocaba e região aderiram à greve nacional. Carteiros de Campinas, Santos, São José do Rio Preto, Ribeirão Preto e Vale do Paraíba já tinham parado.

A paralisação nessas regiões e em outros 22 Estados começou há oito dias. De acordo com o Sintect-SP (sindicato dos trabalhadores), houve sete tentativas de acordo com a empresa.

A categoria pede 10% de aumento nos benefícios, reajuste de R\$ 300 no salário e manutenção do acordo coletivo, incluindo o plano de saúde. Os Correios, no entanto, oferecem 3% de aumento em salários e benefícios e parte do acordo. O impasse está no plano de saúde.

Os trabalhadores dizem que não podem pagar pelo benefício. "Não dá para um carteiro pagar mensalidade de R\$ 600 e coparticipação em exames ganhando um salário baixo", comentou o diretor do Sintect-SP, Douglas Melo. O piso salarial do carteiro é de R\$ 1.600.

Na segunda-feira, o TST (Tribunal Superior do Trabalho) determinou que os sindicatos garantam 80% dos trabalhadores em serviço, sob pena de multa de R\$ 100 mil por dia. Os Correios não comentaram.

Adesão ao 1º dia de greve dos Correios em SP é de 70%, segundo sindicato

28/09/2017 – Fonte: Tribuna PR

O primeiro dia de paralisação dos funcionários dos Correios na capital, Grande São Paulo e Sorocaba contou com a adesão de 70% da categoria nesta quarta-feira, 27, segundo informações do sindicato dos trabalhadores (Sintect-SP).

A região tem atualmente 19 mil colaboradores, que cruzaram os braços oito dias após a Federação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Correios e Telégrafos e Similares (Fentect) declarar estado de greve, com adesão de 22 Estados.

De lá para cá, segundo o sindicato, houve sete tentativas de acordo com a empresa. De um lado, os Correios oferecem a manutenção de benefícios e 3% de reajuste em salários, que passariam a vigorar a partir de janeiro de 2018. Os trabalhadores, por sua vez, pedem 10% de aumento nos benefícios e reajuste de R\$ 300 nos salários, equivalente a cerca de 18% de aumento para o piso da categoria, que hoje é de R\$ 1.613.

"A inflação de 1º de agosto de 2017 com 1º de agosto do ano passado, que é nossa data base para o dissídio, foi de 2,71%. Quando os Correios oferecem 3% de reajuste a partir de 2018, na verdade, eles não estão nem repondo a inflação", diz Manoel de Lima Feitosa, diretor do Sintect-SP.

Na última segunda-feira, o TST (Tribunal Superior do Trabalho) concedeu liminar em favor dos Correios determinando a presença de 80% do efetivo em cada unidade da empresa, sob pena de multa diária de R\$ 100 mil no caso de descumprimento. Na manhã de quarta-feira, os Correios ingressaram com ação de dissídio coletivo, o que na prática leva a definição do aumento salarial para a Justiça.

Correios ingressa com ação de dissídio coletivo contra a greve

28/09/2017 – Fonte: Bem Paraná

Os Correios ingressarão com ação de dissídio coletivo junto ao Tribunal Superior do Trabalho (TST). A decisão foi tomada após adesão por parte de sindicatos ligados à Federação Interestadual dos Sindicatos dos Trabalhadores e Trabalhadoras dos Correios (Findect) à paralisação na noite da terça-feira.

Na segunda-feira, o TST concedeu liminar em favor da empresa, determinando que a Federação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Correios e Telégrafos e Similares (Fentect) — que havia iniciado a paralisação no dia 19 — garantisse o efetivo mínimo de 80% dos empregados em cada unidade dos Correios, sob pena de multa diária de R\$ 100 mil no caso de descumprimento.

STJ decide a favor de poupadores que tiveram perda com planos econômicos

28/09/2017 – Fonte: Folha de S. Paulo



STJ decidiu a favor de poupadores que tiveram perdas com planos econômicos

O STJ (Superior Tribunal de Justiça) decidiu nesta quarta-feira (27) a favor de poupadores que tiveram perdas com planos econômicos e pedem ressarcimento aos bancos.

Para os ministros da 2ª Sessão, o tribunal já tinha entendimento anterior no sentido de que ações coletivas geram efeitos para todos, e não apenas para pessoas que estivessem filiadas à entidade que ajuizou a ação de ressarcimento, como queriam os bancos.

O STJ retomou nesta quarta a análise de dois recursos de bancos (HSBC e Banco do Brasil) que alegavam que só poupadores filiados a associações que moveram ações coletivas poderiam executar a sentença, ou seja, cobrar individualmente na Justiça os valores perdidos com o Plano Verão, de 1989.

O julgamento começou no último dia 13, mas foi suspenso por um pedido de vista.

Os recursos dos bancos começaram a tramitar na 4ª Turma (composta por cinco ministros), mas subiram para a 2ª Sessão (formada por dez) por serem repetitivos – iguais a vários outros. A ideia era que os ministros definissem uma tese para balizar o julgamento dos casos concretos.

À espera da decisão sobre esses recursos, segundo a assessoria do STJ, 37.677 processos de execuções individuais estão suspensos na segunda instância do Judiciário.

Os ministros não chegaram a votar a tese porque entenderam que a questão já havia sido definida anteriormente em outro julgamento.

Por essa jurisprudência existente, os poupadores têm legitimidade para executar sentença de ação coletiva, mesmo sem serem filiados à associação de defesa do consumidor que moveu a ação.

Na prática, a decisão dos ministros libera os processos individuais que estavam suspensos para serem julgados. Os magistrados de segunda instância poderão aplicar o entendimento do STJ para favorecer o consumidor, analisando caso a caso.

Também à espera da análise dos recursos, representantes de poupadores e dos bancos estavam com negociações de acordo suspensas desde o ano passado.

"Acho que agora [com a decisão] vai ter a retomada do acordo, vai destravar", disse o advogado da Febrapo (Frente Brasileira pelos Poupadores), Luiz Fernando Pereira.

Segundo associações de defesa dos poupadores, o critério defendido pelos bancos – de necessidade de filiação a entidades– reduziria drasticamente o número de poupadores em condições de executar as ações e faria as instituições financeiras pagarem valores irrisórios por perdas com planos econômicos.

A disputa acerca do tema está na Justiça há 30 anos. Clientes dos maiores bancos do país que tinham caderneta de poupança nos anos 1980 e 1990 pedem o ressarcimento pelo congelamento de suas aplicações nos planos econômicos Bresser (1987), Verão (1989), Collor 1 e 2 (1990) e Collor 2 (1991).

Embora os recursos no STJ tivessem como foco o Plano Verão, a decisão dos ministros tem efeito sobre todos.

"Essa é mais uma vitória dos poupadores ao longo dessas três décadas de batalha judicial. Como as vitórias anteriores, no entanto, a de hoje também não coloca fim ao prejuízo e ao sofrimento dos milhares de poupadores que tiveram suas poupanças corrigidas de forma errada nas décadas de 1990 e 1980", disse em nota o presidente da Febrapo, Estevan Pegoraro.

Procurada, a Febraban (Federação Brasileira de Bancos) não quis comentar a decisão judicial.

Os recursos também tinham uma segunda tese que não foi julgada. Os bancos argumentaram que não têm responsabilidade sobre dívidas das instituições que adquiriram –o Banco do Brasil comprou a Nossa Caixa, e o HSBC, o Bamerindus.

Como os ministros decidiram devolver os recursos para a 4ª Turma (desafetação), esse ponto deverá ser analisado nela. Não há data para o julgamento.

Política fiscal é essencial para combater desigualdades

28/09/2017 – Fonte: Folha de S. Paulo

Em nota escrita para a reunião de líderes do G20 em Hamburgo em julho, quatro economistas do FMI apresentaram evidências de que os países com maiores índices de desigualdade tendem a ter taxas de crescimento mais baixas e que duram menos tempo. A nota destaca o papel crucial da política fiscal para o crescimento inclusivo, seja por meio da tributação progressiva, seja por meio da provisão de serviços públicos e benefícios diretos para os mais vulneráveis.

No relatório "A distância que nos Une", publicado na segunda-feira (25), a Oxfam Brasil apresentou um retrato da desigualdade brasileira em suas diversas dimensões e disse que "limitar gastos sociais significa limitar a redução de desigualdades".

Em entrevista à **Folha** no domingo (24), o economista irlandês Marc Morgan Milá também foi taxativo: "o congelamento das despesas públicas por 20 anos pode ter impacto negativo sobre a desigualdade porque são os mais pobres que dependem mais dessas despesas".

Ainda que os dados apresentados no trabalho de Morgan, no relatório da Oxfam e nos vários estudos dos pesquisadores Marcelo Medeiros, Pedro Souza e Fábio Castro da UnB e do IPEA mostrem que a alta concentração de renda no topo da pirâmide não foi combatida nas últimas décadas, parece haver consenso de que boa parte da modesta redução da desigualdade observada no país deve-se ao aumento de gastos sociais e transferências de renda desde a promulgação da Constituição de 1988.

No comunicado nº 92 do Ipea intitulado "Equidade Fiscal no Brasil: Impactos Distributivos da Tributação e do Gasto Social", Fernando Gaiger Silveira e coautores já haviam mostrado, a partir de dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) e das Pesquisas de Orçamento Familiar (POF) de 2002-2003 e 2008-2009, que o caráter regressivo (gerador de desigualdades) do sistema tributário brasileiro é compensado pela progressividade do gasto social, sobretudo das despesas com educação, saúde, previdência e assistência social.

O estudo mostra ainda que, embora o caráter regressivo da tributação tenha se mantido ao longo dos anos, o gasto social aumentou seu impacto sobre a desigualdade entre 2003 e 2009.

O conjunto dos benefícios previdenciários e transferências (auxílios, bolsas, seguro-desemprego etc.) foram responsáveis por reduzir o índice de Gini (que mede a desigualdade de renda) em 7,7% em 2009, ante um efeito de redução de 4,3% em 2003. Os gastos com saúde e educação públicas, que já haviam sido responsáveis por reduzir em 13,4% a desigualdade em 2003, ampliaram seu efeito para 17,1% em 2009.

A tributação indireta sobre consumo e produção (ICMS, IPI, PIS, Cofins e Cide), por sua vez, foi responsável por aumentar a desigualdade de renda (Gini) em 4,7% em 2009, ante efeito quase igual em 2003, de 4,6%.

O caráter regressivo deste tipo de tributação –que responde pela maior parte da arrecadação de impostos no Brasil– mais do que compensa o efeito progressivo dos impostos diretos –Imposto de Renda, contribuições previdenciárias, IPTU, IPVA e outros–, que, pelas alíquotas demasiadamente baixas e as isenções concedidas, reduziram a desigualdade em apenas 2,6% em 2009 e 1,9% em 2003.

O entrave ao crescimento econômico sustentável pode não ser, portanto, o excesso de demandas democráticas por bem-estar social, como querem nos fazer crer economistas e governantes, e sim o caráter antidemocrático de um sistema político que continua atuando para preservar desigualdades históricas.

(LAURA CARVALHO, 33, é professora do Departamento de Economia da FEA-USP com doutorado na New School for Social Research (NYC). Escreve às quintas-feiras nesta coluna).

Brasil não cresce se não reduzir sua desigualdade, diz Thomas Piketty

28/09/2017 – Fonte: Folha de S. Paulo

O Brasil não voltará a crescer de forma sustentável enquanto não reduzir sua desigualdade e a extrema concentração da renda no topo da pirâmide social, diz o economista francês Thomas Piketty.

Autor de "O Capital no Século 21", em que apontou um aumento da concentração no topo da pirâmide social nos Estados Unidos e na Europa, Piketty agora se dedica a um grupo de pesquisas que investiga o que ocorreu em países em desenvolvimento como o Brasil, a China e a Índia.



Os primeiros resultados obtidos para o Brasil foram publicados no início do mês pelo irlandês Marc Morgan, estudante de doutorado da Escola de Economia de Paris que tem Piketty como orientador.

O trabalho de Morgan, que incorpora informações de declarações do Imposto de Renda e outras estatísticas, sugere que a desigualdade brasileira é maior do que pesquisas anteriores indicavam e calcula que os 10% mais ricos da população ficam com mais da metade da renda no Brasil.

Defensor de reformas que tornem o sistema tributário mais progressivo, aumentando os impostos cobrados sobre a renda e o patrimônio dos mais ricos, Piketty chegou ao país nesta quarta (27) para conferências do projeto Fronteiras do Pensamento em São Paulo e Porto Alegre.

Leia a entrevista de Piketty à **Folha**.

*

Folha - O estudo de Morgan mostra que a renda da metade mais pobre aumentou junto com a dos mais ricos. Por que a concentração no topo da pirâmide é tão preocupante?

Thomas Piketty - Porque, apesar dos avanços dos últimos anos, o Brasil continua sendo um dos países mais desiguais do mundo. Em nossa base de dados, só encontramos grau de desigualdade semelhante na África do Sul e em países do Oriente Médio.

Houve um pequeno progresso nos segmentos inferiores da distribuição da renda, beneficiados por programas sociais e pela valorização do salário mínimo. É alguma coisa, mas os pobres ganharam às custas da classe média, não dos mais ricos, e a desigualdade continua muito grande.

Reduzir a desigualdade é só questão de justiça social ou de eficiência econômica também?

Ambos. O grau de desigualdade extrema que encontramos no Brasil não é bom para o crescimento econômico e o desenvolvimento sustentável.

A história dos EUA e da Europa mostra que só depois de grandes choques políticos como as duas grandes guerras do século 20 a desigualdade diminuiu e a economia cresceu com vigor, permitindo que fatias maiores da população colhessem os benefícios.

No Brasil, podemos concluir que as elites políticas e os diferentes partidos que governaram o país nos últimos anos foram incapazes de executar políticas que levassem a uma distribuição mais igualitária da renda e da riqueza. Acho que isso é pré-condição para o crescimento econômico.

Seus dados indicam que a fatia da renda nas mãos dos mais ricos vem se mantendo intacta no Brasil. Por quê?

Parte da explicação pode estar na história do país, o último a abolir a escravidão no século 19, como você sabe. Mas isso não é tudo. Diferentes políticas governamentais poderiam ter feito diferença.

O sistema tributário é pouco progressivo no Brasil. Há isenções para rendas de capital, como os dividendos pagos pelas empresas a seus acionistas. Impostos sobre rendas mais altas e heranças têm alíquotas muito baixas no Brasil, se comparadas com o que se vê em países mais avançados.

Alguns desses países fazem isso há um século, o que contribuiu para reduzir a concentração da riqueza. Se você olhar os Estados Unidos, a Alemanha, a França, o Japão, em todos esses países a alíquota mais alta do Imposto de Renda está entre 35 e 50%. [No Brasil, a alíquota máxima do Imposto de Renda é de 27,5%.

Qual o risco de uma taxação maior das rendas mais elevadas provocar fuga de investidores para outras jurisdições?

A elite sempre tem um monte de desculpas para não pagar impostos, e isso também ocorre em outras partes do mundo. A questão é saber por que a elite no Brasil tem sido bem-sucedida ao evitar mudanças no sistema tributário.

Em outros países, as elites não aceitaram pacificamente pagar mais impostos. Foi um processo caótico e violento muitas vezes. Espero que o Brasil tenha mais sorte e possa fazer isso sem passar por choques traumáticos como as guerras. É deprimente ver que décadas de democracia no Brasil foram incapazes de promover mudanças nessa área.

Não sei o futuro. Mas posso dizer que é possível ter um sistema tributário mais justo, uma distribuição da renda e da riqueza mais equilibrada, e mais crescimento econômico, ao mesmo tempo. Essa foi a experiência de outros países.

Gastar energia para resolver esse problema não tiraria o foco de políticas sociais que poderiam contribuir mais para a redução da desigualdade?

Você precisa fazer as duas coisas. Morgan mostra que as políticas sociais adotadas nos últimos anos foram boas para os pobres, mas insuficientes. Você precisa melhorar as condições de vida deles e investir em educação e infraestrutura, mas precisa de um sistema tributário mais justo para financiar isso e reduzir a concentração da renda no topo.

Não estou aqui para dar lições a ninguém. Há muita hipocrisia no meu país quando se trata desse assunto. Mas acredito que no fim todos se beneficiam com um sistema tributário mais justo e uma sociedade menos desigual, mais inclusiva e mais estável.

Qual o foco do seu trabalho acadêmico no momento?

Estou procurando ampliar nossa base de dados com ajuda de outros pesquisadores, incluindo informações sobre o Brasil, a China, a Índia e outros países em desenvolvimento. Também quero examinar mais detidamente a evolução das atitudes políticas com relação à desigualdade.

Em países como os EUA e a França, temos visto a ascensão do nacionalismo e da xenofobia, e quero entender melhor o que significa. O maior risco criado pelo aumento da desigualdade é a ascensão do racismo e da xenofobia.

Se não resolvermos o problema da desigualdade de forma pacífica e democrática, vamos sempre ter políticos tentando explorar a frustração causada pela desigualdade, incentivando a xenofobia e pondo a culpa dos nossos problemas sociais em imigrantes e trabalhadores estrangeiros.

É um risco para a globalização e os fluxos de comércio. A eleição de Donald Trump nos EUA e a decisão do Reino Unido de sair da União Europeia não foram uma coincidência. São os dois países ocidentais em que a desigualdade mais cresceu nos últimos anos.

RAIO-X

Idade

46 anos

Formação

Matemática na Escola Normal Superior de Paris; Ph.D. em Economia na Escola de Altos Estudos em Ciências Sociais

Carreira

Professor da Escola de Economia de Paris desde 2007; professor da Escola de Altos Estudos desde 2000

Função do gestor de imagem é cada vez mais necessária no país

28/09/2017 – Fonte: Folha de S. Paulo

Resgatar a imagem de uma empresa envolvida em escândalo de corrupção é uma tarefa tão árdua quanto salvar uma companhia em crise financeira.

A missão cabe ao gestor de crise de imagem, responsável ainda por antecipar problemas potenciais, treinar funcionários e executivos, preparar um manual de crise e simular todos esses processos.

A rotina de trabalho inclui ainda o monitoramento de todo o contato da marca com o público, incluindo as mídias sociais de seus funcionários. Essa é a tarefa de Jessica Alves, 26, da APC by Schneider Electric, multinacional francesa especializada em gestão de energia e automação.

"Os porta-vozes têm que se conscientizar de que a sua imagem está associada à da companhia. Eles precisam saber se colocar e tomar cuidado com o que dizem nas redes sociais", diz Alves.

O trabalho, segundo ela, é estressante. "A gente tem que dar respostas rápidas ao público e estar atenta com tudo, dos memes à política e à economia."

Para Paulo Roberto Pepe, presidente da Empório da Comunicação, essa é uma carreira em alta após as recentes denúncias envolvendo grandes empresas.

"Será cada vez mais necessária uma gestão preventiva de crises, com profissionais qualificados, que identifiquem os riscos, apontem as possíveis consequências e as formas de minimizá-las."

*

GESTOR DE IMAGEM

O que faz Antecipa potenciais problemas, monitora o contato com o consumidor e resolve crises quando surgem

Salário inicial R\$ 2.500 (analista) e R\$ 16 mil (gerente)

Perfil desejado pelas empresas Conhecimento em antropologia, psicologia, política, marketing, comunicação e direito

Onde há vagas Agências de comunicação e relações públicas e área de marketing

Onde estudar ESPM, PUC, IAB-Brasil, Mackenzie

Duração do curso De dois dias a dois anos

Visão de quem faz "Tem de se reciclar sempre, discutir métodos e processos com pessoas do mercado e conhecer novos casos"

Jessica Alves, 26, estrategista de mídias sociais

Mercado é cada vez maior para os gestores de crise financeira

28/09/2017 – Fonte: Folha de S. Paulo

A recessão econômica afetou a maioria das carreiras no país. Mas um tipo de profissional só tem motivos para comemorar: os gestores de crises financeiras viram a demanda por seu trabalho aumentar e têm investido nos estudos para se aprimorar. "Quando a situação do país piora, a procura pelos cursos aumenta. Os alunos querem saber melhor como lidar com os eventos socioeconômicos e políticos que ocorrem", afirma Rogério Mori, coordenador dos cursos da Escola de Economia de São Paulo da FGV.

Os gestores de crise na área financeira costumam vir de graduações como administração, economia, engenharia e contabilidade.

Entre suas atribuições, estão a compreensão dos impactos potenciais de uma crise, a criação de planos de recuperação e contingência e o planejamento de medidas preventivas que se antecipem às turbulências do mercado.

Desde que se formou em economia, Douglas Duek, 36, fez cinco especializações em escolas brasileiras e americanas. Ao mesmo tempo, fundou a Quist Investimentos, consultoria especializada na reestruturação de empresas.

"As aulas dão a base para a compreensão dos aspectos financeiros de uma empresa e servem de complemento ao que aprendemos no dia a dia do trabalho", afirma Duek. O empresário diz que um bom caminho para começar nessa carreira é trabalhar em consultorias e bancos de investimentos. "As crises são diferentes, se a pessoa tiver uma boa bagagem e uma boa caixa de ferramentas, vai saber qual usar na hora certa."

Samuel Lopes, 39, atuou na área de tesouraria de companhias nacionais e multinacionais. Em 2013, abriu, junto a dois sócios, a Tiex, uma assessoria de gestão financeira e corporativa. "Não havia muitas consultorias que prestassem um serviço de qualidade e com preço acessível", afirma Lopes.

Formado em administração e com pós-graduações em gestão de negócios e finanças empresariais, Lopes diz que a empresa atende pequenas a grandes corporações. "A gente negocia dívidas, melhora o controle operacional e consegue uma gestão mais eficiente, dando fôlego financeiro às empresas."

Luis Vasco, sócio-líder de reorganização de empresas e gestão de crises da Deloitte, consultoria empresarial, ressalta que quem quer atuar nesse setor deve ter uma visão global do negócio e saber lidar com a comunicação.

"Em situações críticas, é essencial trabalhar a comunicação externa, com credores e partes envolvidas e, principalmente, a interna, com os colaboradores, para reconstruir um ambiente de confiança", explica.

*

GESTOR DE CRISE FINANCEIRA

O que faz Elabora planos de recuperação e de contingência, avalia bens e fundos, negocia com credores e terceiros

Salário inicial R\$ 3.000

Perfil desejado pelas empresas Conhecimento em administração, contabilidade, área tributária, tecnologia e gestão

Onde há vagas Consultorias, departamento financeiro e bancos de investimentos

Onde estudar Insper, FGV, FIA, Ibmecc

Duração do curso De 3 dias a 18 meses

Visão de quem faz "É preciso ser resiliente e estar aberto a novas possibilidades" Samuel Lopes, 39, sócio da Tiex consultoria financeira

Para especialista, nova lei trabalhista vai exigir profissional mais organizado e flexível

28/09/2017 – Fonte: Folha de S. Paulo

A reforma das leis trabalhistas mudará profundamente a relação entre profissionais e empresas e exigirá funcionários mais flexíveis, capazes de se adaptar ao novo cenário, afirma Fernando Azar, sócio-líder de gestão de obrigação de terceiros da consultoria Deloitte.

Especializado em prestar suporte em legislação trabalhista às organizações, Azar diz que o horário comercial que rege a maioria das empresas vai acabar. Benefícios como banco de horas e home office serão tão importantes quanto remuneração na hora de contratar.

Sancionada em julho, a reforma entra em vigor em novembro alterando diversos pontos da CLT (Consolidação das Leis Trabalhistas).

São mais de cem mudanças que interferem diretamente no dia a dia das empresas - as quais os novos profissionais terão que ter em mente na hora de ingressar no mercado de trabalho.

"Flexibilidade é a palavra-chave. É uma mudança de paradigma e todos terão que estar abertos a ela, sejam empregados, empresas ou sindicatos", diz Azar.

*

Folha - Como a reforma trabalhista deve alterar a relação entre as empresas e seus funcionários?

Fernando Azar - A principal diferença está nas negociações de benefícios. Banco de horas, duração da jornada, horas extras ou o home office são alguns dos pontos que poderão ser acordados entre a empresa e seus funcionários, independentemente do que determina a CLT. São flexibilidades que não existiam antes e abrem um leque grande de negociação. As empresas vão poder utilizá-las até como forma de atrair profissionais, da mesma maneira como usam hoje a remuneração ou a oferta de cursos e benefícios.

Quais características serão necessárias ao profissional nesse novo cenário?

O profissional terá que ser mais flexível a mudanças. Não será mais como é hoje, em que as regras estão ditas na lei, segue-se aquilo e pronto. Ganha-se uma dose maior de responsabilidade, porque quando algo for acordado, será necessário respeitar e seguir daquela forma. Flexibilidade é a palavra-chave. Estamos falando de uma mudança de paradigma e todos terão que estar abertos a essa mudança, sejam empregados, empresas ou sindicatos.

E como essa flexibilização da legislação deve afetar a rotina nos escritórios?

Depende muito da atividade. Mas, como eu disse, é uma mudança de paradigma. O horário comercial será mais flexível também, com as cobranças se voltando mais para realizações de tarefas do que simplesmente para o horário de trabalho. Isso significa que o profissional deve ser mais organizado para conseguir administrar sua rotina de trabalho com a vida pessoal. Já as empresas e os chefes terão que entender que as tarefas não serão mais entregues às 17h. Podem ser feitas a qualquer momento e de qualquer lugar.

Em quais setores estas mudanças se aplicam com maior intensidade?

Claro que há atividades que dependem de mais interação com as pessoas ou com a empresa. Um serviço de telemarketing precisa funcionar no horário comercial, mas há muitos trabalhos que não demandam essa rotina, como a produção de um relatório ou a preparação de uma tradução. Mas é possível flexibilizar em várias frentes. Na

indústria, o trabalho a distância pode não funcionar, mas o horário do almoço ou as folgas de feriado deverão ser negociadas.

Em quanto tempo devemos começar a sentir estas mudanças na prática?

No primeiro semestre de 2018 começam as rodadas de negociações coletivas com os sindicatos e já será possível ter as primeiras impressões. Para saber como será o entendimento do Judiciário, o que ainda causa insegurança nas empresas, será preciso ao menos dois a três anos, até os primeiros processos. Mas estamos falando de mudanças também comportamentais, e isso demora bem mais para se consolidar.

Área em expansão, compliance garante o cumprimento das leis nas empresas

28/09/2017 – Fonte: Folha de S. Paulo

A recente onda de escândalos de corrupção e a sanção da Lei Anticorrupção Empresarial, em 2013, levou as empresas brasileiras a investir em uma área ainda pouco conhecida no mercado: o compliance.

O profissional que atua nesse setor é responsável por receber denúncias, combater fraudes, realizar investigações internas e garantir que a companhia cumpra leis, acordos e regulamentos da sua área de atuação.

O compliance ainda tem um papel importante na análise de riscos de contratos e de operações envolvendo terceiros, auxiliando a empresa a se proteger de eventuais problemas de corrupção.

"Nos últimos anos, a área de compliance assumiu protagonismo nas empresas. É uma profissão com salários altos já que as pessoas com experiência ainda são escassas no mercado", diz Thiago Jabor Pinheiro, 35, responsável pelos serviços de compliance no escritório de advocacia Mattos Filho.

O campo de atuação é amplo. O profissional da área pode atuar tanto em escritórios de advocacia quanto em empresas, associações e até mesmo em agências regulatórias do governo.

"Como não existem cursos de graduação específicos de compliance, o estudante que se interesse pela área pode direcionar seu curso para questões de auditoria, prevenção de fraude, direito administrativo e governança corporativa, por exemplo, e depois buscar uma pós-graduação", diz Pinheiro.

A maioria dos profissionais vem do direito, mas é possível encontrar pessoas com graduação em economia, administração, contabilidade e até mesmo engenharia, afirma Salim Jorge Saud Neto, coordenador do MBA de compliance da FGV Rio.

No curso, os alunos aprendem desde legislação até como estruturar um programa de compliance em empresas, realizar investigações internas e lidar com autoridades.

PERFIL PROFISSIONAL

Apesar de sobraem vagas nesse mercado, conseguir um emprego não é fácil, segundo Pinheiro.

"É fundamental que a pessoa seja atenta aos detalhes, entenda como funciona uma organização e tenha fluência em inglês porque as melhores práticas vêm de fora do país, sobretudo dos EUA e da Inglaterra", diz o advogado.

Para Saulo Ferreira, gerente de divisão da consultoria em recrutamento Robert Half, é necessário ser proativo na tomada de decisões, além de estar sempre atualizado com política e legislações.

"É preciso entender o movimento do mercado e as demandas do negócio e, ao mesmo tempo, dominar as normas e padrões. Assim, o profissional pode criar estruturas e processos que garantam a confiabilidade das informações", afirma Ferreira.

Caroline Cadorin, diretora da consultoria Hays Experts, acrescenta que os candidatos precisam ser extremamente analíticos e ter jogo de cintura para lidar com as mais diversas situações.

"Estamos falando de profissionais com forte conduta ética, honestidade e que buscam a promoção da transparência. Habilidade de comunicação, forte relacionamento interpessoal, poder de influência e capacidade de trabalhar sob pressão também são cruciais", afirma.

A tendência para os próximos anos, segundo os especialistas, é que aumente ainda mais o número de vagas.

"Hoje as empresas estão cientes de seus papéis ativos no combate à corrupção, especialmente àquelas envolvidas em projetos de órgãos públicos. As companhias que mantêm departamentos de compliance são vistas como mais transparentes", diz Cadorin.

*

ANALISTA DE COMPLIANCE

O que faz Responsável por garantir que a companhia cumpra leis, acordos e regulamentos da sua área de atuação, além de fiscalizar contratos e procedimentos, evitar fraudes e realizar investigações internas

Salário inicial De R\$ 3.500 (analista júnior) a R\$ 30 mil (diretor)

Perfil desejado pelas empresas Além de entender profundamente de legislação e conhecer as necessidades do mercado, o profissional precisa saber inglês fluente, ser proativo, centrado, analítico e racional

Onde há vagas Escritórios de advocacia, empresas, multinacionais, associações e agências regulatórias do governo

Onde estudar FGV, Insper e FIA

Duração do curso De 8 horas a 2 anos

Visão de quem faz

"É uma profissão que praticamente não existia no Brasil há alguns anos. Tivemos uma tomada de consciência muito rápida e hoje toda grande empresa tem alguém nessa função"

Thiago Jabor Pinheiro, 35, do escritório Mattos Filho

Bolsa recua pelo 5º dia e tem pior sequência desde afastamento de Dilma

28/09/2017 – Fonte: Folha de S. Paulo

A Bolsa brasileira fechou em baixa pelo quinto dia e teve a pior sequência de quedas desde o afastamento da ex-presidente Dilma Rousseff pelo Senado, em sessão de realização de lucros e em que os investidores digeriram o resultado dos leilões de hidrelétricas e de blocos de petróleo.

O dólar avançou para R\$ 3,19 em linha com o exterior, que repercutiu a sinalização de uma reforma tributária pelo presidente americano, Donald Trump.

O Ibovespa, que reúne as ações mais negociadas, recuou 0,70%, para 73.796 pontos. Foi a primeira sessão desde 11 de setembro em que o índice fechou abaixo dos 74 mil pontos e também a pior sequência de quedas desde a iniciada em 13 de maio de 2016, um dia depois de a ex-presidente Dilma Rousseff ser afastada do cargo pelo plenário do Senado –foram seis desvalorizações.

O dólar comercial subiu 0,82%, para R\$ 3,194. O dólar à vista se valorizou 0,47%, para R\$ 3,184.

Para especialistas, o movimento de desvalorização da Bolsa reflete a decisão de investidores de embolsar lucros após os sucessivos recordes batidos nas últimas duas semanas. "Em termos gerais, já estávamos esperando alguma correção do mercado, depois de oito semanas seguidas de alta. A gente não descarta uma correção mais forte, é um movimento técnico", avalia Carlos Soares, analista da Magliano Corretora.

As incertezas políticas também contribuíram para a queda da Bolsa nesta quarta. A percepção é de que o presidente Michel Temer, ao dedicar esforços para sobreviver à segunda denúncia da PGR (Procuradoria-Geral da República) na Câmara, retarda as negociações para a votação da reforma da Previdência, uma das mais importantes para que o governo equilibre suas contas.

Os investidores ficaram de olho no resultado do leilão de usinas hidrelétricas e de blocos de petróleo, ambos considerados bem-sucedidos.

No caso das hidrelétricas, o governo leiloou por R\$ 12,13 bilhões as concessões de quatro usinas da Cemig, arrecadando 9,7% a mais que o esperado de R\$ 11 bilhões. Já a 14ª rodada de áreas para exploração e produção de petróleo terminou com arrecadação de R\$ 3,84 bilhões, a maior entre os leilões de concessão já realizados no país. Só a Petrobras e a Exxon levaram seis blocos na Bacia de Campos, em uma área com potencial de reservas no pré-sal, por R\$ 3,59 bilhões, sendo responsáveis por 93% da arrecadação total do leilão.

"O resultado veio em linha com o esperado. O das hidrelétricas veio acima do valor que o próprio governo estava esperando. Algumas instituições acreditavam que ágio podia ter sido maior, mas ter vindo acima foi importante", afirma Roberto Indech, analista-chefe da Rico Corretora.

Por outro lado, a reação política ao leilão de partidários do próprio PMDB penalizou as ações do setor elétrico nesta sessão, diz. Vice-presidente da Câmara, o deputado Fábio Ramalho (PMDB-MG) criticou o resultado do leilão.

"Essas declarações trouxeram instabilidade ao mercado, pela contraposição à equipe econômica. O mercado acabou repercutindo negativamente", ressalta Indech.

AÇÕES

Das 59 ações do Ibovespa, 46 caíram, 12 subiram e uma terminou estável.

As ações da Cemig, que não participou da disputa pelas usinas, caíram 1,61%. Mas a avaliação é que a empresa fez bem ao não oferecer lances pelas hidrelétricas. "O mercado vem cobrando a redução de endividamento da empresa, que deve focar em venda de ativos para melhorar seus indicadores", afirma Indech.

Os papéis da Eletrobras estiveram entre as maiores baixas do Ibovespa, após a notícia de que a venda das distribuidoras da empresa deve ficar só para o primeiro trimestre de 2018, enquanto o mercado esperava algo ainda neste ano. As ações ordinárias da estatal caíram 2,88%, e as preferenciais recuaram 4,52%.

A Petrobras também viu suas ações caírem, embora a estratégia da empresa de concentrar a atenção nos seis blocos que arrematou com a Exxon tenha sido elogiada pelos especialistas. "Há todo um trabalho de redução de endividamento da empresa, de não gastar mais do que deveria neste momento", afirma o analista-chefe da Rico. A queda ocorreu em dia de depreciação dos preços do petróleo no exterior. As ações preferenciais da Petrobras caíram 1,61%, para R\$ 15,31. Os papéis ordinários também perderam 1,61%, para R\$ 15,88.

As ações da mineradora Vale conseguiram subir, apesar da queda de 1,23% do minério de ferro. As ações ordinárias da Vale subiram 1,37%, para R\$ 31,93. As ações preferenciais avançaram 1,69%, para R\$ 29,56.

No setor financeiro, as ações do Itaú Unibanco subiram 0,07%. Os papéis preferenciais do Bradesco caíram 1,05%, e os ordinários tiveram queda de 0,77%. As ações do Banco do Brasil se desvalorizaram 0,51%. As units -conjunto de ações- do Santander Brasil tiveram baixa de 0,76%.

DÓLAR

O dólar ganhou força após a sinalização de que o governo americano vai finalmente tirar do papel a reforma tributária, uma das promessas de Trump.

A moeda americana subiu ante 18 das 31 principais divisas mundiais.

Aqui, o Banco Central vendeu a oferta de 12 mil contratos de swap cambial tradicional (equivalentes à venda de dólares no mercado futuro), para rolar os contratos que vencem em outubro. Até agora, já foram rolados US\$ 5,4 bilhões dos US\$ 9,975 bilhões que vencem no mês que vem.

O CDS (credit default swap, espécie de termômetro de risco-país) recuou 0,30%, para 203,4 pontos.

No mercado de juros futuros, os contratos mais negociados fecharam em alta. O DI para janeiro de 2018 permaneceu estável em 7,530%. A taxa para janeiro de 2019 teve alta de 7,260% para 7,330%.

Brasil vende concessão de usinas por R\$12,13 bi para chineses, italianos e franceses

28/09/2017 – Fonte: Reuters

A chinesa State Power Investment Corp.(SPIC), a francesa Engie e a italiana Enel venceram o leilão da concessão de quatro hidrelétricas promovido pelo governo federal nesta quarta-feira, com pagamento de bônus de outorga à União em troca dos ativos no valor total de 12,13 bilhões de reais, o que representou um ágio de 9,73 por cento ante o valor inicial.

O resultado foi considerado um grande sucesso por representantes do governo e da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), assim como pelas empresas, que se disseram empolgadas com os negócios fechados no certame.

Em sua conta no Twitter, o presidente Michel Temer afirmou que o resultado do leilão ficou acima da expectativa do mercado e mostrou que o país recuperou a confiança. O ministro do Planejamento, Dyogo Oliveira, seguiu na mesma linha, afirmando que o leilão foi satisfatório e que é uma demonstração de confiança na economia brasileira. "Resultado do leilão reforça que governo tem adotado projeções seguras a respeito das receitas", afirmou Oliveira, no Twitter.

A chinesa SPIC ficou com a maior usina do leilão, de São Simão, com uma oferta de 7,18 bilhões de reais, ou 6,5 por cento acima do preço mínimo definido para o empreendimento, que não atraiu outros lances.

A presidente da Pacific Hydro, controlada da SPIC no Brasil, Adriana Waltrick, disse que a participação no leilão mostra o comprometimento da empresa em investir no Brasil e a confiança nas instituições brasileiras, que a levou a entrar na concorrência mesmo em meio aos questionamentos judiciais da Cemig, que tentava manter as usinas após o vencimento dos contratos.

A Engie ficou com as hidrelétricas de Jaguará e Miranda, após lances de 2,17 bilhões de reais e 1,36 bilhão de reais, nos maiores ágios do leilão, de 13,59 por cento e 22,43 por cento, respectivamente.

O diretor de Desenvolvimento de Negócios da Engie, Gustavo Labanca, também disse que a companhia tem forte interesse em seguir investindo em ativos de energia no país. Segundo ele, a geradora esteve em contato com bancos e avalia ainda emitir debêntures ou notas promissórias para financiar as compras.

“A gente tem uma capacidade grande de tomar novas dívidas, a empresa está com alavancagem muito baixa”, disse ele a jornalistas na coletiva de imprensa.

A italiana Enel, que chegou a apresentar ofertas, mas foi derrotada pela Engie em Jaguará e Miranda, ficou com o último empreendimento licitado, a usina de Volta Grande. A empresa ofereceu 1,419 bilhão de reais pelo ativo, ágio de 9,85 por cento. Antes do leilão, a Cemig tentou sem sucesso fechar um acordo com o governo para manter ao menos uma das usinas, além de ter buscado decisões judiciais para suspender a licitação e promovido campanhas publicitárias.

Nesta quarta-feira, representantes de sindicatos de trabalhadores do setor elétrico e alguns funcionários da Cemig protestavam contra o leilão. Alguns deles chegaram a entrar na sala onde acontecia uma coletiva de imprensa com autoridades, pegando o microfone para reclamar da venda das usinas que pertenciam à empresa.

As usinas oferecidas no leilão desta quarta-feira somam 2,9 gigawatts em capacidade instalada. Os contratos com os novos operadores serão válidos por 30 anos, e o pagamento dos bônus de outorga está previsto para até 30 de novembro.

Debatedores pedem fortalecimento da política mineral

28/09/2017 – Fonte: Senado Notícias



- Proposições legislativas
- [MPV 789/2017](#)
- [MPV 790/2017](#)
- [MPV 791/2017](#)

Debatedores defenderam nesta quarta-feira (27), em audiência pública promovida pela comissão mista que analisa a Medida Provisória (MP) [790/2017](#), o fortalecimento da política mineral, com o governo aportando mais recursos para os órgãos competentes e para pesquisas em ciência, tecnologia e inovação no setor.

A MP 790/2017 altera a [Lei 6.567/1978](#) e o Código de Mineração ([Decreto-Lei 227/1967](#)) em diversos pontos. A maioria deles se refere às normas para a pesquisa no setor, como a execução dos trabalhos necessários à definição da jazida, a sua avaliação e à determinação do seu aproveitamento econômico. A MP disciplina as obrigações, concessões de trechos, multas e outras sanções, bem como desonerações e regras para o relatório final da pesquisa.

Uma das alterações é a ampliação do prazo para a realização de pesquisa mineral, que será de dois a quatro anos. Hoje é de um a três anos.

A medida provisória também estabelece expressamente a responsabilidade do minerador de recuperar as áreas ambientalmente degradadas, bem como eleva o valor

das multas aplicadas para quem desrespeitar as normas do Código de Mineração, que vai variar de R\$ 2 mil a R\$ 30 milhões. Atualmente, o limite é de R\$ 2,5 milhões.

A medida é complementar a outras duas proposições que tramitam no Congresso e tratam da mineração: a [MP 789/2017](#), que prevê aumento nas alíquotas da Compensação Financeira pela Exploração Mineral (CFEM), e a [MP 791/2017](#), que transforma o Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) em Agência Nacional de Mineração (ANM).

Segurança jurídica

O presidente-executivo da Associação Nacional das Entidades de Produtores de Agregados para Construção (Anepac), Fernando Mendes Valverde, afirmou que a MP apresenta dispositivos que podem trazer mais segurança jurídica para o setor. Entretanto, ele reclamou do 'valor exorbitante' das multas previstas na proposta, alteração que poderia impactar negativamente a atividade de pequenos e médios produtores. Valverde também criticou a exigência de mensuração de reservas com base em padrões internacionais genéricos.

Para o ex-diretor geral interino do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) Telton Elber Correa, a MP 790 é uma oportunidade de o país alavancar o setor. Ele disse que o Brasil precisa de uma verdadeira política mineral, que passaria pela criação de um conselho nacional de política mineral. Esse órgão seria um fórum para que fossem debatidos e analisados temas de fundamental importância como garimpo, extração mineral na Amazônia e tragédias como a da cidade de Mariana (MG).

Na avaliação do presidente da Associação Brasileira de Indústria de Água Mineral (Abinam), Carlos Alberto Lancia, a água não deve ser tratada como os outros minérios. Ele elogiou a qualidade do Código de Águas Minerais ([Decreto-Lei 7.841/1945](#)) e sugeriu sua atualização. Lancia afirmou que o Brasil possui 30% da água mineral do planeta e reclamou da alta carga tributária que atinge o setor. Ele esclareceu que a água mineral é tributada em 7% na Europa, enquanto no Brasil essa porcentagem pode ultrapassar os 40%.

Investimentos

A importância estratégica de mais investimentos na pesquisa, ciência, tecnologia e inovação no setor de minérios foi defendida por Fernando Antonio Freitas Lins, diretor do Centro de Tecnologia Mineral (Cetem), órgão vinculado ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC). Ele informou que a produção mineral responde por 4% do PIB brasileiro e pediu o fortalecimento do Cetem, cujo orçamento é de cerca de R\$ 30 milhões anuais.

Lins também defendeu incentivos para o aproveitamento econômico dos rejeitos da mineração e mais transparência sobre a utilização dos recursos da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais. Outra sugestão apresentada foi a elaboração de planos diretores de longo prazo para os municípios cujas economias dependem da mineração.

Por sua vez, o representante do Instituto de Desenvolvimento da Mineração (Ibram), Carlos Nogueira, ressaltou a relevância do setor na geração de emprego e renda e na indução de desenvolvimento econômico e social. Ele pediu o fortalecimento do Departamento Nacional de Produção Mineral e pediu atenção dos parlamentares para as 250 emendas apresentadas por deputados e senadores. Segundo Nogueira, algumas das mudanças sugeridas nessas emendas podem mudar de maneira drástica a legislação da mineração, prejudicando o setor.

Presidida pela deputada federal Geovania de Sá (PSDB-SC), a comissão mista da MP 790/2017 tem como relator o senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA).

Representantes do governo defendem MP que cria Agência Nacional de Mineração

28/09/2017 – Fonte: Senado Notícias



- Proposições legislativas
- [MPV 791/2017](#)

A comissão mista que analisa a [Medida Provisória 791/2017](#), que cria a Agência Nacional de Mineração, ouviu em audiência pública nesta quarta-feira (27) representantes do Ministério de Minas e Energia sobre a importância da criação da agência. O órgão vai substituir o Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM).

O secretário de Geologia, Mineração e Transformação Mineral, Vicente Lobo Cruz, lembrou a importância da mineração para o PIB brasileiro e destacou que a agência vai dar segurança jurídica e transparência para as atividades do setor. Vicente Lobo Cruz esclareceu que a mudança vai permitir que o Ministério de Minas e Energia use os recursos financeiros e humanos de forma mais racional.

— O que muda é uma estrutura de governança e gestão. E não uma estrutura organizacional para que possamos ter mais funcionários ou gastos públicos. Pelo contrário. Eu acho que a agência estará muito mais aparelhada do que se tem hoje, mais voltada para a formação — afirmou.

Para o presidente da comissão, senador Lasier Martins (PSD-RS), a exposição dos participantes foi essencial para justificar a necessidade da medida provisória.

— O secretário Vicente deixou algumas colocações convincentes. E anotei aqui. Temos um subsolo desconhecido. Temos que buscar minerais estratégicos. O DNPM precisa de mudanças há mais de três décadas — afirmou.

Cerca de 40 internautas se manifestaram por meio do [portal e-Cidadania](#). A maioria das manifestações foi contrária à criação da nova agência.

A comissão mista tem até novembro para entregar o relatório sobre a MP para que ela possa ser apreciada nos Plenários da Câmara dos Deputados e do Senado.

Nova política favorece investimentos no setor automotivo, diz Igor Calvet

28/09/2017 – Fonte: MDIC

O secretário de Desenvolvimento e Competitividade Industrial do MDIC participou de cerimônia de anúncio de investimentos pela montadora, em São Paulo, e destacou avanços previstos no Rota 2030



Em discurso na cerimônia de anúncio de novos investimentos pela Toyota no Brasil, na última segunda-feira (25), o secretário de Desenvolvimento e Competitividade Industrial do MDIC, Igor Calvet, destacou que o governo trabalha em uma política para o setor automotivo, o Rota 2030, com o objetivo de garantir condições para o desenvolvimento de novos projetos no país.

“O Rota 2030 possuirá período de duração mais dilatado, de modo a garantir previsibilidade e segurança jurídica aos investimentos realizados pelas empresas”, disse. Ao todo, o Rota 2030 vai abranger um período de 15 anos, com três ciclos de desenvolvimento, com revisões programadas para eventuais correções de rota. A nova política entrará em vigor em janeiro de 2018.

“O Rota 2030 tem entre os seus pilares o desenvolvimento tecnológico, segurança veicular, eficiência energética, competitividade e aumento de produção”, disse. O secretário apontou os avanços do programa que substituirá atual ciclo de política automotiva, o Inovar-Auto, durante evento em Porto Feliz (SP), no qual a Toyota divulgou que aportará R\$ 1 bilhão em sua unidade de Sorocaba (SP) para a fabricação do Yaris.

O modelo será de médio porte e deve se posicionar entre o compacto Etios e o sedã Corolla. A produção terá início no segundo semestre de 2018 e deve gerar 500 novos empregos, segundo a empresa. A unidade de Porto Feliz foi inaugurada em maio de 2016 para fabricação de motores.

Em março deste ano, a montadora japonesa já havia anunciado R\$ 600 milhões para produção de uma nova geração de motores do Corolla, que deixarão de ser importados para serem produzidos na fábrica de Porto Feliz (SP), ampliando a capacidade de produção de 108 mil para 174 mil motores por ano. A expectativa é que essa expansão gere 250 novos empregos diretos, com a consolidação de fornecedores locais para a fabricação de componentes para utilização nos motores.

Preço médio do diesel no Paraná é o segundo mais baixo do País

28/09/2017 – Fonte: Bem Paraná

O preço do litro do diesel registrou aumento de 3,9% em agosto e alcançou a marca de R\$ 3,21, segundo o levantamento do Índice de Preços Ticket Log (IPTL). O índice avalia mensalmente a variação de preços dos combustíveis em todo o País.

Em julho, o preço médio do litro do diesel foi de R\$ 3,09. O valor mais barato do diesel continua sendo encontrado em Santa Catarina, com a marca de R\$ 2,98, seguido por Paraná e Rio Grande do Sul, com média de R\$ 2,99/l. Já o Acre e o Amapá tiveram os preços mais altos, com R\$ 3,75/l e R\$ 3,79/l, respectivamente.

Os preços que compõem o IPTL têm como base a rede de 36 mil postos de combustíveis credenciados da Ticket Log.

Pirelli reduz preço máximo de IPO em 19%

28/09/2017 – Fonte: R7

A fabricante de pneus italiana Pirelli reduziu em 19 por cento o máximo valor de mercado que pode atingir em sua oferta pública inicial de ações (IPO, na sigla em inglês), para 6,7 bilhões de euros, mostrou uma nota aos investidores vista pela Reuters nesta quarta-feira.

A Pirelli planeja agora precificar suas ações entre 6,5 e 6,7 euros cada, em comparação a faixa indicativa inicial 6,3 e 8,30 euros por ação.

O IPO, no qual a Pirelli vai ofertar até 40 por cento de seu capital, está totalmente coberto com a faixa de preços reduzida e os pedidos devem ser encerradas na quinta-feira às 9h (horário de Brasília), mostrou o memorando. O preço final deverá ser anunciado na sexta-feira.

No intervalo reduzido, a Pirelli deverá arrecadar até 2,68 bilhões de euros com o IPO, incluindo a opção de um lote adicional caso a demanda supere a estimativa.

Setor de máquinas espera 5º ano consecutivo de queda, prevê retomada em 2018

28/09/2017 – Fonte: CIMM

A indústria brasileira de máquinas e equipamentos revisou a estimativa no ano para queda 2 por cento, ampliando uma sequência de quatro anos de retração nas vendas, informou nesta quarta-feira a associação que representa o setor, Abimaq.

A entidade começou o ano com perspectiva de queda de 8 por cento. Em maio, chegou a prever reversão para crescimento, pretensão derrubada após a denúncia de corrupção contra o presidente Michel Temer.

No ano até agosto, o setor teve faturamento de 44,15 bilhões de reais, queda de 4,1 por cento ante mesmo período de 2016. Para 2018, a expectativa é de retomada, embora ainda seja cedo para projeções numéricas.

“Ano que vem é um ano eleitoral, em que estamos vendo inflação controlada, taxa de juros declinante e tudo isso leva a crer que terá uma retomada positiva”, disse o presidente do Conselho da Abimaq, João Carlos Marchesan.

Recorde total

Em agosto, as vendas do setor subiram 2,6 por cento ante mesmo mês de 2016, a 6,08 bilhões de reais. O índice de uso da capacidade instalada do setor atingiu 72,1 por cento, ante 68,1 por cento em agosto do ano passado.

Indian mantém produção parada desde maio

28/09/2017 – Fonte: Automotive Business

A produção das motos **Indian** permanece parada desde maio. A empresa não informa o número, mas continua com estoques elevados o suficiente “para abastecer o mercado nos próximos meses”, afirma o gerente de vendas e marketing Paulo Brancaglioni.

O executivo garante, porém, que a marca estará no Salão Duas Rodas (de 14 a 19 de novembro no São Paulo Expo) em um estande semelhante ao do Anhembi em 2015. “Ele foi especialmente planejado para o lançamento das novidades aguardadas para a linha 2018. Os novos modelos serão apresentados em detalhes na coletiva de imprensa marcada para o dia 13 de novembro”, afirma.



Brancaglioni diz também que as cinco concessionárias (São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Florianópolis e Goiânia) permanecem abertas. De acordo com dados da Abraciclo, associação que reúne fabricantes do setor, desde o segundo semestre de 2015 até o fim de abril de 2017 a Indian havia fabricado no Brasil 808 motocicletas.

Sua montagem ocorre em Manaus (AM) dentro da estrutura da Dafra, que em abril também foi forçada a interromper sua produção como consequência da retração do mercado, mas a retomou em maio.

Delphi define nomes das novas divisões de powertrain

28/09/2017 – Fonte: Automotive Business

A **Delphi** Automotive PLC anunciou na quarta-feira, 27, os novos nomes *Aptiv* e *Delphi Technologies* para as duas empresas que surgirão do desmembramento da divisão de powertrain, anunciado pela empresa em maio deste ano.

A divisão Aptiv responderá pelos negócios de eletrônicos, segurança e arquitetura eletroeletrônica, comparáveis ao cérebro e ao sistema nervoso dos futuros veículos. Vai se concentrar na aceleração da comercialização de segurança ativa, veículos autônomos e serviços conectados, fornecendo softwares, plataformas de computação avançada e a arquitetura de rede necessária.

A divisão para componentes de powertrain e pós-venda a companhia usará a designação Delphi Technologies, aproveitando-se da força do nome Delphi diante de clientes tradicionais do mercado original e de aftermarket. O foco da unidade são veículos com motores a combustão interna e também softwares, controles e eletrificação.

Os novos nomes foram divulgados em Boston, nos Estados Unidos, durante o Dia do Investidor, em que foram debatidas as estratégias empresariais para as duas novas divisões.

Bancos liberam R\$ 8,1 bi para financiar veículos em agosto

28/09/2017 – Fonte: Automotive Business

O total de **crédito** liberado em agosto pelos bancos para o **financiamento** de **veículos** atingiu R\$ 8,11 bilhões, volume 13,6% maior que o apurado em julho e 21% acima do total de concessões em agosto do ano passado, de acordo com relatório preliminar do Banco Central divulgado na quarta-feira, 27.

O resultado reflete o desempenho do mercado de veículos durante o mês passado, considerado o melhor em vendas desde 2015 ao registrar 216 mil novos emplacamentos, resultando no aumento de 17% na comparação anual.

Agosto também foi o melhor mês em volume de crédito liberado para o setor até agora, de acordo com os dados do BC. Antes disso, março tinha registrado o maior valor, de R\$ 7,41 bilhões, seguido por maio, com R\$ 7,28 bilhões. Considerando os dados de 2017, apenas em janeiro, fevereiro e abril os volumes não atingiram a casa dos R\$ 7 bilhões, uma vez que foram meses com menos dias úteis e, portanto, menor atividade para vendas.



Com a alta das liberações, o saldo das carteiras de veículos saltou de R\$ 143 bilhões em julho para R\$ 144,1 bilhões em agosto, mas ainda um pouco distante de resultados mais robustos registrados anteriormente, como os quase R\$ 160 bilhões apurados no início de 2016.

Um dos fatores que está influenciando a retomada do crédito para veículos é a redução da taxa de juros, refletindo a queda da taxa Selic, que começou o ano em 13% e agora está em 8,25%. Os números do Banco Central mostram que a taxa aplicada para financiar veículos atingiu o menor patamar do ano até agora, chegando a 23,2% a.a., uma redução de 0,6 ponto porcentual sobre o índice de julho e uma queda de 3 p.p. sobre agosto de 2016, quando a taxa era de 26,2%.

Ao mesmo tempo a inadimplência também atingiu seu menor nível dos últimos doze meses, chegando a 4,1% em agosto, de acordo com o BC. O índice, que aponta o nível dos atrasos nos pagamentos acima de 90 dias, iniciou o ano em 4,7%. Se continuar nesse ritmo, o setor fechará o ano com volume de inadimplentes abaixo dos 4%.

Hyundai Creta ganha Uruguai como novo destino

28/09/2017 – Fonte: Automotive Business



Até o fim do ano o Uruguai receberá 170 unidades

A **Hyundai** Motor Brasil começa a enviar o **Creta**, produzido em Piracicaba (SP), para o Uruguai. A previsão é que 170 unidades cheguem ao país vizinho até o fim do ano. Quando somadas ao volume planejado para o Paraguai, que recebe o carro desde julho, as exportações do utilitário esportivo devem totalizar 600 unidades em 2017.

Segundo Angel Martinez, diretor-executivo de vendas, marketing e pós-venda da Hyundai, a exportação ao Uruguai segue a estratégia de oferta dos modelos brasileiros no mercado sul-americano, iniciada com o HB20 para o Paraguai em 2016.

“Agora ampliamos as exportações para esses dois países com o Creta. Em breve deveremos concluir as negociações para levar o SUV a outros mercados dentro da América do Sul”, diz Martinez. O Creta exportado para o Uruguai tem motor 1.6 e câmbio manual ou automático, ambos de seis marchas.

Todos são equipados com rodas de liga leve de 17 polegadas, faróis de neblina dianteiros, controles de tração e estabilidade, seis airbags, central de entretenimento Bluemedia com câmera de ré e piloto automático com controles no volante.

Os veículos serão vendidos pela Fidocar, importadora exclusiva da Hyundai no Uruguai desde 1992. A rede Hyundai local conta com 25 concessionárias.